



UEPB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS VII - GOVERNADOR ANTÔNIO MARIZ
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

MANUEL MESSIAS LOPES GUEDES

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA AVALIAÇÃO
DO BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO MARINGÁ NA CIDADE DE
POMBAL-PB.**

PATOS-PB
2019

MANUEL MESSIAS LOPES GUEDES

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA AVALIAÇÃO
DO BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO MARINGÁ NA CIDADE DE
POMBAL-PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Administração da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração.

Área de concentração: Economia Solidária:
Orientador: Prof. Msc. Felipe César da Silva Brito

PATOS-PB
2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

G924e Guedes, Manuel Messias Lopes.

A economia solidária no desenvolvimento local [manuscrito] : uma avaliação do banco comunitário de desenvolvimento Maringá na cidade de Pombal-PB / Manuel Messias Lopes Guedes. - 2019.

68 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, 2019.

"Orientação : Prof. Me. Felipe César da Silva Brito, Coordenação do Curso de Administração - CCEA."

1. Economia Solidária. 2. Bancos Comunitários. 3. Moedas Sociais. I. Título

21. ed. CDD 320.6

MANUEL MESSIAS LOPES GUEDES

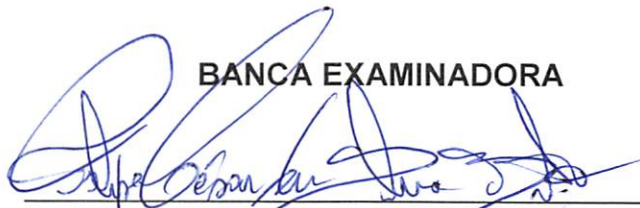
A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA AVALIAÇÃO
DO BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO MARINGÁ NA CIDADE DE
POMBAL-PB.


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Administração da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Administração.


Área de concentração: Economia Solidária

Aprovada em: 25/11/2019.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Msc. Felipe César da Silva Brito (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Profª. Esp. Cinthia Moura Frade
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Layrthton Carlos de Oliveira Santos
Universidade Estadual da Paraíba(UEPB)

A Deus, por ter sido meu auxílio e fortaleza, em meio as lutas enfrentadas durante esse curso, e ter-me dado forças e coragem para poder não desistir de meu sonho, a minha mãe que sonhou comigo e sempre me incentivou a nunca desistir e sempre confiar em Deus, a minha querida esposa, que foi a minha ajudadora em todos os momentos dessa caminhada junto comigo, pela sua compreensão e dedicação em prol deste sonho, que hoje torna-se real, **DEDICO**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Deus, que proporcionou a realização deste sonho, pois sem ele nada disso se concretizaria. Pela força, coragem, em meio a tantas lutas que enfrentei durante essa jornada, sei que se não fosse a mão dele me sustentando eu não teria conseguido, mas, posso todas as coisas naquele que me fortalece.

Aos meus pais, Espedito Lopes de Sousa e Iveliza Guedes de Sousa, em especial a minha mãe que me encorajou desde a infância, em enfrentar minha caminhada até a universidade, ao meu pai por ter me dado a opção de estudar enquanto ele trabalhava.

A minha esposa, Alba Patrícia Trigueiro Pereira Lopes, que foi a minha ajudadora dando a sua compreensão em todos os momentos, sempre me incentivando, auxiliando, apoiando e demonstrando o seu carinho e amor.

Aos meus dois filhos, Miguel Trigueiro Lopes e Helena Trigueiro Lopes, que são um presente de Deus em minha vida, e que quando estou com eles minhas forças se renovam.

Aos meus colegas de classe, Aldenice Angelo, Isabel Silva, Aécivaldo Perônico, Jeane Coeli, José Emanuel, Aluska Guedes e Joyce Almeida, pelos bons momentos vividos e amizade duradoura.

Ao meu orientador, Felipe César, pelos ensinamentos e orientação. Que Deus esteja lhe cobrindo de bênçãos, juntamente com sua família.

Aos meus professores, que ao longo do curso nos proporcionou adquirirmos mais conhecimento, ética e a cima de tudo profissionalismo.

E a todos que direto ou indiretamente que deram sua contribuição para a conclusão desse trabalho.

RESUMO

A economia solidária tem realizado um importante papel no processo de desenvolvimento econômico e social em localidades que enfrentam dificuldades de acesso a políticas públicas de combate a desigualdades sociais, e na geração de trabalho e renda. Desse modo, o presente trabalho monográfico aborda a contextualização histórica e nacional da economia solidária e atuação dos bancos comunitários de desenvolvimento e uso de suas moedas sociais no processo de fomento a economia local, possibilitando assim, o aumento do consumo local e geração de trabalho e renda nas comunidades por eles atendidas. Destacar a economia solidária no desenvolvimento local: abordando o banco comunitário de desenvolvimento Maringá na cidade de Pombal – PB, vislumbrando assim, analisar os impactos das ações do referido banco, no processo de desenvolvimento local no território. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa do tipo descritiva, envolve a investigação a partir de documentos, cujos dados foram coletados a partir de uma entrevista com a coordenadora do BCDM, e um questionário aplicado com os empresários membros da rede recebera da moeda social. Os dados demonstram que a atuação do banco, através da oferta do microcrédito, bem como, a circulação da moeda social Margarida, tem conseguido fomentar a economia local, e gerando impactos socioeconômicos significativos quanto à redução da pobreza gerando desenvolvimento local. Todavia o empreendimento solidário abordado, ainda é relativamente novo na comunidade, possuindo muitas possibilidades de crescimento, possibilitando assim, o atendimento de forma mais ampla das demandas sociais do território por ele atendido.

Palavras Chave: Economia Solidária. Bancos Comunitários. Moedas Sociais.

ABSTRACT

The solidarity economy has played an important role in the process of economic and social development in localities that face difficulties in accessing public policies to combat social inequalities, and in the generation of work and income. Thus, the present monographic work addresses the historical and national contextualization of the solidary economy and the role of community banks in the development and use of their social currencies in the process of fostering the local economy, thus enabling the increase of local consumption and job creation. income in the communities they serve. To highlight the solidarity economy in local development: addressing the community development bank Maringá in the city of Pombal–PB, In this way, it is possible to analyze the impacts of the bank's actions on the local development process in the territory. This is a qualitative and quantitative research of descriptive nature, involves the investigation from documents, whose data were collected from an interview with the BCDM coordinator, and a questionnaire applied to the businessmen members of the network received from social currency. The data show that the bank's performance, through the provision of microcredit, as well as the circulation of the Margarida social currency, has been able to foster the local economy and generate significant socioeconomic impacts on poverty reduction, generating local development. However, the solidarity enterprise approached is still relatively new in the community, having many possibilities for growth, thus enabling the broader fulfillment of the social demands of the territory it serves.

Keywords: Solidarity Economy. Community Banks. Social Currencies.

LISTA DE SIGLAS

ABCRED	Associação Brasileira de Gestores de Entidades de Microcrédito
BCD	Bancos Comunitários de Desenvolvimentos
CEMAR	Centro de Educação Integral Margarida Pereira da Silva
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MTE	Ministério de Trabalho e Emprego
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Logomarca do Banco Comunitário de Desenvolvimento Maringá.....	45
Figura 2: Moeda Social Margarida	466

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Tempo de atuação no mercado	477
Gráfico 2: Tempo de aceitação da moeda no estabelecimento	488
Gráfico 3: Moeda social como ferramenta de geração de trabalho, renda e consumo local.	488
Gráfico 4: Aumento das vendas após a inserção da moeda social	499
Gráfico5: Fluxo de moeda social no estabelecimento	50
Gráfico 6: Combate à pobreza e geração de renda na comunidade	51
Gráfico 7: Consumidores que compram com moeda social e também com o Real ..	51
Gráfico 8: Consumidores que só compram com a moeda social.....	522

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	111
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	133
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E TEÓRICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	133
2.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL	20
2.3 GESTÃO DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO	30
2.4 MOEDA SOCIAL COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL.....	37
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	43
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE DA PESQUISA	43
3.2 ESTRUTURA METODOLÓGICA	44
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADO	47
4.1 PESQUISA QUANTITATIVA – REDE RECEBEDORA DA MOEDA SOCAL.....	477
4.2 PESQUISA QUALITATIVA – COORDENADORA DO BCDM.....	533
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
APÊNDICE	666

1 INTRODUÇÃO

Os estudos no campo da Economia Solidária têm alcançado, recentemente, cada vez mais destaque e importância nos negócios, segundo a concepção de Singer (2009), a proposta da Economia Solidária emerge como uma possibilidade de geração de trabalho e renda, inserção e mudança social. Em seus estudos, ele apresenta esse tema de estudo em que consiste o movimento da Economia Solidária e se baseia na ideia de que os benefícios da atividade econômica devem estar ao alcance daqueles que a realizam, ou seja, dos trabalhadores.

Segundo Schiochet (2009) a economia solidária é um conceito utilizado para definir as atividades econômicas organizadas coletivamente pelos trabalhadores que se associam e praticam a autogestão. Na interpretação do autor, as principais características da economia solidária, consistem na apropriação de forma coletiva dos meios de produção, a gestão democrática pelos membros das decisões e deliberação coletiva sobre os rumos da produção, a utilização dos excedentes ou sobras e, também, sobre a responsabilidade coletiva quanto aos eventuais prejuízos da organização econômica.

Apesar das diferentes definições que têm sido dadas ao movimento, e que refletem, inclusive, as diferentes perspectivas que coexistem sobre o tema, alguns elementos são considerados fundamentais, como a cooperação, a igualdade e a solidariedade e autogestão.

Independentemente do ponto de vista, é fato que a Economia Solidária constitui um caminho alternativo, capaz de possibilitar aos envolvidos a vivência da imersão de dimensões sociais, como ajuda mútua no campo econômico. Tais iniciativas representam uma possibilidade para os excluídos do mundo do trabalho, sendo conhecidas atualmente como Economia Solidária.

Nesse sentido, buscou-se avaliar as ações do banco comunitário de desenvolvimento Maringá, bem como os efeitos gerados pela circulação da moeda social Margarida, no bairro Nova Vida na cidade de Pombal/PB, sob a perspectiva da economia solidária, no intuito de investigar qual a contribuição do BCDM para o desenvolvimento local.

Esse trabalho tem por justificativa, contribuir no processo de desenvolvimento de novos estudos acadêmicos na área de economia e finanças solidárias, trazer os conhecimentos das realizações da economia solidária nos aspectos econômicos e

sociais de forma geral e as potencialidades que o tema possui em transformar a realidades econômicas e sociais das comunidades que se encontram inseridas em vulnerabilidade social.

Partindo da problemática elegida, onde será, abordar qual a contribuição do banco comunitário de desenvolvimento Maringá na cidade de Pombal/PB, para o desenvolvimento local? A pesquisa apresenta o seguinte objetivo geral: Destacar a economia solidária no desenvolvimento local: abordando o banco comunitário de desenvolvimento Maringá na cidade de Pombal - PB. E como objetivos específicos: (a) Contextualizar historicamente e teoricamente a economia solidária; (b) Identificar o papel dos bancos comunitários de desenvolvimento e da moeda social no desenvolvimento local; e (c) Demonstrar os impactos do banco comunitário e da moeda social, para o desenvolvimento econômico e social local.

O método de pesquisa utilizado foi uma revisão bibliográfica em livros, revistas, sites entre outros, e realização de pesquisa quantitativa e qualitativa com as empresas pertencentes à rede recebedora da moeda social e com a coordenadora do BCDM.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: Conceitos sobre Economia Solidária em geral e no Brasil, onde, através da fundamentação teórica vão ser apresentadas as abordagens sobre o tema; Gestão dos Bancos Comunitários, que sob a perspectiva dos empreendimentos solidários será desenvolvido a temática; Moedas sociais como ferramenta de desenvolvimento econômico local, sendo observado às potencialidades dessa ferramenta de desenvolvimento local; Resultado da pesquisa; Conceituação do ambiente da pesquisa; Estrutura metodológica; Pesquisa quantitativa e qualitativa, os dados foram apresentados de forma a contribuir com os objetivos desse trabalho, por fim, apresentam-se as considerações finais do trabalho, onde foi mostrado qual o alcance dos objetivos e sugestões.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E TEÓRICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Para que seja possível ter uma melhor compreensão do que realmente é a economia solidária, torna-se preciso que reportar-se um pouco aos primórdios e ambiente, ao qual estava inserido, no início do seu nascimento, ou melhor dizer, do seu surgimento, uma vez que trata de um modelo econômico diferenciado dos demais que se conhece.

Com o surgimento dos primeiros comerciantes e artesãos livres nas pequenas cidades medievais, foi dando base para o aparecimento de uma sociedade nova que, no decorrer de alguns séculos, substituiria o sistema feudal. Assim foi surgindo o capitalismo, que ao contrário dos demais sistemas, as classes não mais se relacionavam pelo o vínculo da servidão, mas pela posse ou carência dos meios de produção e pela contratação livre do trabalho, onde se caracterizou pela propriedade privada dos meios de produção. A existência de capital e de trabalhadores livres foram duas condições essenciais que determinaram o modo de produção, definindo assim as duas classes sociais básicas; a dos capitalistas e a dos assalariados.

Segundo Singer (2003), a origem do capitalismo se deu por causa da produção simples de mercadorias, negando-a ao separar a posse e o uso dos meios de produção. Para ele, essa separação surgiria mais ou menos naturalmente do funcionamento dos mercados, sendo que o grande vitorioso desse jogo competitivo, tenderiam a se apoderar dos meios de produção.

Para o autor, as revoluções industriais tiveram um papel de fundamental importância para todo esse contexto, uma vez que se tornou economicamente viável, porque a concentração do capital possibilitou o emprego de vastas somas na atividade inventiva e na fabricação de novos meios de produção e distribuição, muito embora que os grandes prejudicados em toda essa história foram os artesões e pequenos comerciantes, junto à agricultura camponesa, que entraram em decadência produtiva, tornando-se assim na grande classe de desempregados.

Como característica, o capitalismo, tenderia a aproveitar de forma incompleta toda a capacidade de trabalho do proletariado, o que foi conceituado por Marx, como a perpetuação de um “exército industrial de reserva”, onde a necessidade de relação

entre compradores e vendedores da força de trabalho, seria necessário para o avanço desse modo de produção.

Nessa perspectiva, ainda segundo o pensamento de Singer (2003), a economia solidária tem sua origem nas lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida, onde através de resistência à exploração capitalista industrial passam a trabalhar sob a forma de cooperativas bem como, na segunda metade do século XVIII, época da Revolução Industrial na Europa, quando o avanço tecnológico dos meios de produção acarretou uma reestruturação das relações de produção que teve graves efeitos sociais, com aumento em massa do desemprego e da pobreza.

Para Singer (2002) a Economia Solidária tem seus primórdios na Europa com o surgimento do capitalismo industrial:

A economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. A Grã-Bretanha foi a pátria da Primeira Revolução Industrial, precedida pela expulsão em massa de camponeses dos domínios senhoriais, que se transformaram no proletariado moderno (SINGER, 2002, p.24).

Conforme Lechat (2002), a Economia Solidária se desenvolveu mais intensamente, a partir da crise dos anos 70, momento em que os trabalhadores da Europa começaram a criar cooperativas para administrar a massa falida das empresas onde trabalhavam.

A contraposição da economia solidária ao capitalismo, se apresenta justamente como uma alternativa, por se caracterizar pela socialização dos meios de produção e da força de trabalho, o que vai de encontro ao modo produtivo que separa a propriedade dos meios de produção do trabalho.

Segundo Singer (2002), a Economia Solidária seria um conceito utilizado para a definição das atividades econômicas, elaboradas de forma coletiva pelos próprios trabalhadores, que através do associativismo e praticam a autogestão, onde suas características são enfatizadas por organizações econômicas solidárias que possuem duas especificidades: a) estimulam a solidariedade entre os membros através da prática da autogestão e b) praticam a solidariedade para com a

população trabalhadora em geral, com especial ênfase na ajuda aos menos favorecidos.

Nesse mesmo pensamento, Schiochet (2009), observa que esse processo de transformação social promovido pelos movimentos sociais, enquanto estrutura da sociedade civil, foram vistos quase que somente como realidades predispostas à política e à cidadania. Uma das razões possíveis para este viés pode ser atribuída à excessiva preocupação normativa ao avaliar o impacto político dos movimentos sociais. Pretendeu-se identificar, a partir da sociedade civil, as relações de poder existentes na sociedade e imaginar formas práticas de transformá-las pela democracia e pela cidadania.

Com a existência de um cenário capaz de gerar ou incrementar diversos fatores de empobrecimento da população de baixa renda e, mais recentemente, da chamada classe média, notou-se a dificuldade em garantir-lhe condições mínimas de sobrevivência digna, buscando-se, dentre inúmeras possibilidades, a que pudesse responder à questão, com aproveitamento de mecanismos produtivos e econômicos usuais.

No pensamento do argentino Coraggio (2002), o autor defende a teoria que a economia solidária pode ser vista como sendo um projeto político transformador, partindo do pressuposto que é possível desenvolver outro tipo de economia. Para o autor o pensamento econômico solidário seria um caminho para ir além das meras reproduções da vida biológica, constituindo como um modo de ver, uma reprodução ampla da vida de todos os membros pertencentes a esse processo.

Entretanto, o mesmo afirma que o fenômeno apenas será possível desde que haja modificação na qualidade das relações dentro e entre as atores e unidades domésticas e do nível de complexidade, interdependência e autonomia relativa. Em termos metodológicos aborda que o caminho passa pela inversão de valores, no entanto, esta deve ser construída de maneira democrática e não impositiva. O autor ainda considera o Estado como um importante ator apoiador deste pensamento.

Para o chileno Razeto (2010), também parece possuir uma interpretação do tema semelhante. O autor caracteriza a economia solidária como sendo uma realidade, teoria e projeto. Considera realidade porque esta ocorre independente de formulações teóricas, no cotidiano da sociedade. É também uma teoria por existir estudiosos envolvidos no tema, estudando e analisando seus fenômenos e

desenvolvimento, racionalidades e apresentando ideias. E ainda, projeto, por tentar buscar respostas e propostas de transformação da sociedade. Na perspectiva do autor, a economia solidária se enquadra nas três diretrizes, tendo uma dimensão em comum, seu modo diferente de fazer e desenvolver a economia, utilizando o viés da solidariedade. Em termos metodológicos o autor não cria barreiras entre Estado e Mercado, se aproximando assim do pensamento de Coraggio (2002), por meio da proposta de transformação de valores. Entretanto, o mesmo acrescenta uma variável, que seria a necessidade da eficiência neste contexto para dar sustentabilidade às organizações solidárias.

Para Singer (2000), é nesse contexto que a Economia Solidária se apresenta como alternativa econômica para suprir as lacunas deixadas pelo capitalismo excludente:

A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temer ficar) marginalizados no mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (SINGER, 2000, p. 13).

Nessa perspectiva percebe-se que, segundo o pensamento do autor, esse modo de produção e distribuição, com base na economia solidária, parecia à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadoria. Mas, na realidade, constituía uma síntese que supera ambos, pois a unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção.

A Economia Solidária vem se transformando não apenas parte de uma agenda de resistência às transformações no mundo do trabalho, a mesma passou a se constituir em uma verdadeira política com estratégia de desenvolvimento social, justo e sustentável.

Segundo Schiochet (2009), a economia solidária é um conceito utilizado para definir as atividades econômicas organizadas coletivamente pelos trabalhadores que se associam e praticam a autogestão. Na interpretação do autor, as principais características da economia solidária, consistem na apropriação de forma coletiva dos meios de produção, a gestão democrática pelos membros das decisões e deliberação coletiva sobre os rumos da produção, a utilização dos excedentes ou

sobras e, também, sobre a responsabilidade coletiva quanto aos eventuais prejuízos da organização econômica.

Embora que, mediante as várias formas de interpretação, a economia solidária em nenhum instante pode ser observada como uma criação intelectual de alguém, e sim, como uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo, onde mediante várias críticas, condena antes de tudo a ditadura do capital na empresa e o poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona ao dono dos meios de produção. No que diz respeito ao capital, ele em uma empresa solidária, é de total propriedade de todos que, junto a ela, fazem parte e que estão inseridos efetivamente no processo produtivo, sem caber aos demais, externos, usufruir direto ou indiretamente de seus benefícios. Já a propriedade da empresa é dividida de forma igualitária, onde nenhum dos proprietários tem o poder de decisão ou mesmo, o de obrigação a mais do que o outro. Embora muito diferente do que se imagina, o empreendimento solidário tem como foco o bem estar dos que estão envolvidos no processo, enquanto a empresa capitalista está única e somente preocupada com a sua margem de lucratividade.

Singer (2000), ainda reitera uma de suas teses, onde:

[...] o sistema capitalista envolve diversos modos de produção. É capitalista, porque o modo de produção capitalista é econômico e socialmente predominante". Junto a ele atuam, lado a lado: "i) trabalhadores por conta própria que formam a produção simples de mercadorias; ii) empresas públicas e privadas sem fins de lucro; iii) produção para auto-subsistências nos lares e, iv) cooperativas auto-gestionárias, que constituem um embrião ou 'implante' socialista", (SINGER, 2000, p. 47).

Nesse sentido, ainda para o autor, "a construção da economia solidária tem sido paralelamente à ação sindical e partidária por direitos políticos e sociais, uma das principais formas de luta contra o capitalismo" (SINGER, 2000, p. 15).

Além de permitir ganhos aos sócios, a empresa solidária é uma criação de trabalhadores em luta contra o capitalismo, tendo em vista que essa luta se fundamenta na permissa onde o mesmo proporcionou a exclusão dos mesmos do acesso aos meios econômicos de existência.

Ainda para o autor, a economia solidária vai além de um modo de se desenvolver atividades econômicas através da cooperação, portanto a mesma seria uma opção ao mesmo tempo econômica e político-ideológica.

Conforme França Filho (2002) o termo economia solidária identifica atualmente uma série de experiências organizacionais inscritas em uma dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade.

Nesse mesmo pensamento, Nascimento, (2006, p. 8), afirma que a economia solidária seria um “instrumento de combate à exclusão social na medida em que apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades humanas, eliminando as desigualdades materiais e difundindo os valores da ética e da solidariedade”.

Nesse sentido, observa-se que esse tipo de organização, que se generalizou da economia e da sociedade, só conquistaria uma maior credibilidade, a partir do momento que fosse possível constata uma prova palpável de que ela, em nenhum momento, é inferior a gestão capitalista no que se refere ao desenvolvimento das forças produtivas, nem que para isso se tornasse necessário apostar em uma crise geral no capitalismo.

Singer (2003), observar os aspectos solidários e da autogestão como um ideal democrático, no período do seu surgimento era algo que elevava a autoestima dos trabalhadores envolvidos nesse processo, apesar de suas utopias. Além do mais, a autogestão e as democracias sempre andaram de mãos dadas, nesse processo que envolvia, não só o modo de produção, mas também o processo que dava ao trabalhador uma plena e total liberdade, para assim fazer uso do seu bem mais precioso, que para ele dava além do seu sustento, propiciavam condições para sobreviver, que é a sua força de trabalho.

Para Jandir Pauli (2006), o modelo econômico da economia solidária é uma realidade que faz pulsar na vida de parte da massa dos trabalhadores de nosso país, garantindo maior circulação de riquezas e desenvolvimento de justiça social.

Segundo o autor, o modelo de economia solidária, nos remete a um conceito de economia carregado de significado:

O modelo de economia proposto no óikos grego, carrega um conceito que significa organização econômica como gestão da casa e da vida dos cidadãos. Neste caso, a economia é sempre um

exercício coletivo voltado à promoção das condições de subsistência e de provisão das condições materiais para o exercício da cidadania (JANDIR PAULI, 2006, p. 33).

Nesse sentido, a situação de exclusão social que o capitalismo tem gerado em torno das massas de trabalho, requer urgência na obtenção de soluções concretas para desafios antigos como a pobreza, a fome, a baixa escolaridade, a violência e tantos outros que nem o mercado, nem o estado conseguiram solucionar, onde ainda existe grande aumento da concentração de renda e escalada de pobreza, que se perpetuou nas últimas décadas, agravou-se com o atual processo de globalização econômica.

Nessa perspectiva, percebe-se que a economia solidária tem buscado representar uma nova forma, em que os trabalhadores e demais envolvidos possam não só se inserir no mercado e na sociedade, mas, que eles consigam se manter dentro desse processo.

É fácil perceber, que em boa parte dos países de economia emergente, esses modelos de empreendimentos econômicos e de redes associativas, tem crescido, tanto quantitativamente como qualitativamente, além de fortalecer os movimentos ligados ao social.

Sendo assim, é necessário que se compreenda, que os empreendimentos solidários são apenas uma modalidade formalizada, digamos assim, porém ela torna-se muito mais do que uma simples modalidade, ou até mesmo um setor, mas trata-se de uma dimensão econômica que tem como finalidade, buscar inserir no processo produtivo todos aqueles que por motivos de fragilidade de potencial ou incapacidade de investimento, não conseguem se fixar, ou até mesmo se inserir no mercado de trabalho.

2.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

O surgimento da Economia Solidária no Brasil se deu na década de 1980 como uma atitude dos trabalhadores e comunidades carentes, as quais se mobilizaram socialmente para enfrentarem a crise social provocada pela estagnação econômica a qual foram submetidas às sociedades periféricas no contexto das contradições da acumulação capitalista. Nesse contexto, a Economia Solidária passou a ter visibilidade na década seguinte quando se apresenta de forma mais visível suas agendas e potencialidades de transformação, que expressavam nas lutas populares. Assim, de uma resposta dos trabalhadores e comunidades empobrecidas, a crise passa a ser reconhecida em seu caráter emancipatório (SINGER 2009).

No que tange ao fortalecimento da economia solidária no contexto do Brasil, esse processo está relacionado ao fato de que no mês de junho do ano de 2003, onde foi aprovado o projeto de lei de autoria do residente Luiz Inácio Lula da Silva, instituindo a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), onde a mesma foi criada dentro do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE). O governo brasileiro pretendia com essa ação, iniciar um processo de transformação social no país, onde devido a crise econômica social a qual dizimou milhares de empregos e preconizou as relações de trabalho mundo a fora, o mesmo também assolava o Brasil.

As pessoas atingidas por esse fenômeno que, provocou a inserção de grandes massas na indigência e exclusão social, vislumbraram em diversas formas de trabalho, sejam autônomas, individuais e coletivas a possibilidade de desenvolvimento e inserção econômica e social das mesmas.

Nesse sentido, quando o viés coletivo é instituído, sempre esteve voltadas a autogestão, apresentando uma forma de administrar os empreendimentos desenvolvidos de forma democrática e participativa. Esses empreendimentos de autogestão fundamentados na democracia, são os que constituem a Economia Solidária (SINGER et al., 2011).

Segundo os autores, países em todo mundo tem passado por essas mudanças, no Brasil a Economia Solidária passou a ser pauta por diversos movimentos da sociedade civil, como igreja, sindicatos, universidade e partidos políticos. No fim do século passado, muitas políticas públicas de fomento a

Economia Solidária foram adotadas por municípios e governos Estaduais, todavia, após a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi que entidades de empreendimentos solidários do campo e das cidades, solicitaram do Governo Federal a criação de uma secretaria nacional de Economia Solidária no âmbito do Ministério de Trabalho e Emprego. A escolha da criação dessa secretaria dentro do MTE, se deu pelos laços que envolvem esse ministério com o movimento operário. O surgimento do SENAES significou ainda, a ampliação das responsabilidades do MTE, tendo em vista que, o corporativismo e associativismo urbano passaram a ser parte da agenda do mesmo, e o rural continuava sendo de responsabilidade do Ministério da Agricultura (SENAES 2007).

A criação da SENAES no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego pode ser considerada como parte da história de mobilização e articulação do movimento da Economia Solidária existente no país, pois, foi a partir desse marco histórico nacional, que diversos empreendimentos de caráter solidário de autogestão e cooperativismo passaram a fazer parte de muitas agendas nacionais, que se fortaleceram no I Fórum Social Mundial, e culminaram assim seus esforços e articulações de suas atividades no I Fórum Brasileiro de Economia Solidária, assim foi criado o FBES no ano de 2003 (FARIA et al., 2011).

Nesse mesmo período em que se formava a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, que, juntos, constituíram os dois grandes interlocutores da SENAES na elaboração e formação das Políticas Públicas no plano Federal brasileiro, trazendo e apresentando demandas, sugerindo ações monitoram e acompanhando a execução das Políticas Públicas de Economia Solidária.

De acordo com pensamento de Faria (2011), foi estratégica e relevante a inserção da SENAES dentro do MTE.

A criação da SENAES no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foi uma decisão importante por situar as políticas de Economia Solidária enquanto uma política de trabalho, voltada especialmente para o trabalho associado, coletivo e autogestionário. Tal decisão foi importante inclusive para o próprio MTE, uma vez que este passou a elaborar e implementar políticas públicas de apoio e fomento a formas de trabalho que diferem do (e são inclusive antagônicas ao) trabalho assalariado, do emprego com carteira assinada (FARIA, et al., 2011, p. 419).

Nesse mesmo sentido Singer (2004), faz referência à importância do MTE na sua posição de defesa dos trabalhadores, pois, para o autor convém lembrar que o MTE desde sua criação, tem tido por missão proteger os direitos dos assalariados. Os interesses dos trabalhadores não formalmente assalariados não figuravam com destaque na agenda.

Na perspectiva do autor, o surgimento da SENAES representou uma ampliação significativa do âmbito de responsabilidades do MTE, que passa a incluir o cooperativismo e associativismo urbano, já que pelo rural continuava responsável o Ministério da Agricultura. Sendo assim, não se trata de apenas interpretar a Economia Solidária como políticas simplesmente de aspectos contingenciais ou compensatórias de agendas de enfrentamento a períodos de crises do capital, pois, segundo o autor, a mesma representa um novo projeto que coloca em questão o modelo de desenvolvimento hegemônico e aponta para a necessidade de construção de um novo projeto social.

Para Singer (2011), no processo de construção de política participativa, a SENAES cumpriu um importante missão nesse contexto, sendo ela uma cooperadora direta para o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES):

Esse fórum inclui as principais agências de fomento da Economia Solidária, a rede de gestores municipais e estaduais de Economia Solidária, a Associação Brasileira de Gestores de Entidades de Microcrédito (Abcred) e as principais associações e redes de empreendimentos solidários de todo o país. O FBES descentralizou sua atividade, organizando fóruns estaduais de Economia Solidária na maioria das unidades da federação (SINGER et al., 2011, p. 408).

A partir do FBES, passou-se a serem empregados recursos em vários projetos; muitas prefeituras solicitaram recursos para construção de Centros de Referência de Economia Solidária, para a comercialização de produtos oriundos de empreendimentos solidários e para a realização de eventos, encontros e seminários etc. Também ocorreram vários pedidos de apoio a feiras e à construção de centros de comercialização de produtos de produção solidária, vindos de agência de fomento, fóruns estaduais e redes de empreendimentos, bem como, foram solicitados diversos pedidos de apoio ao mapeamento da Economia Solidária em Estados e em regiões dos Estados, assim também, ha seminários e encontros e desenvolvimento de cooperativas chegaram A SENAES. As contribuições dos

membros da SENAES são vitais para a adoção de políticas coerentes com os princípios da Economia Solidária, e adequadas à realidade socioeconômica em que pretendem incidir (SINGER 2011).

O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, que foi criado em 2004 com o objetivo de atender às principais demandas dos empreendimentos econômicos solidários, o referido programa também promove o fortalecimento e a divulgação da Economia Solidária, através de políticas integradas, com o intuito de gerar trabalho e renda, bem como, a inclusão social e o fomento do desenvolvimento justo e solidário, por meio de políticas que garantissem o investimento nos empreendimentos e oferta de crédito e financiamento das chamadas finanças solidárias (FARIA et al., 2011).

ASENAES também exerceu um papel de promover o combate à pobreza mediante as oportunidades que o programa Fome Zero, a reforma agrária e outras políticas sociais do governo oferecem, pois, a pobreza na maior parte das vezes é condição social e aliada a falta de dinheiro obriga as indivíduos a morarem juntos, objetivando um custo de moradia mais baixo, ou seja, em favelas, cortiços ou na rua.

Nesse sentido, para se desenvolver a luta contra a pobreza, faz-se necessário o desenvolvimento da economia das comunidades pobres em seu todo, no sentido de beneficiar a todos os integrantes dessas comunidades excluídos. Esse processo desenvolvimento pode ser patrocinado por agentes externos como ONGs, igrejas, governos entre outros, que estimulem a coletividade das massas de excluídos do convívio social moderno, provocando nesse contexto a formulação de agendas e projetos de novas atividades econômicas e/ou desenvolvimento e fomento dos projetos que já existentes e ajudam em sua implementação, (SINGER et al., 2011).

No Brasil, as iniciativas da economia solidária abrangem diversas experiências, como grupos informais de costura ou artesanato, englobando também grandes fábricas recuperadas, passando ainda por cooperativas de atividades urbanas de serviços, cooperativas de agricultura familiar em assentamentos da reforma agrária, organizações de finanças solidárias, ou redes e cadeias produtivas de mel, algodão, metalurgia, entre outros. Representa fundamentalmente de aspectos coletivos baseados na cooperação entre seus membros, que vislumbram por meio da solidariedade desenvolverem atividades econômicas de geração de trabalho e renda, englobando as áreas urbanas e rurais (FARIA et al., 2011)

Outra vertente a qual foi originada dentro das universidades e institutos federais de educação tecnológica, que cooperam com as práticas e teoricamente para o desenvolvimento da economia solidária no Brasil, em especial o movimento das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Segundo o SENAES/MTE (2015), as incubadoras possuem um importante papel no processo de desenvolvimento dos empreendimentos solidários, nesse sentido a SENAES desenvolve ações que fomentam os referidos empreendimentos.

Através do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), que tem como finalidade apoiar a consolidação e ampliação das incubadoras de empreendimentos econômicos solidários, de modo a favorecer a criação e o acompanhamento de novos empreendimentos ou fortalecer empreendimentos já criados, por meio da oferta de qualificação e assistência técnica durante o período de incubação. As incubadoras têm se destacado na incubação de empreendimentos, redes e outras modalidades de articulação, na formação de futuros profissionais do campo da economia solidária, no desenvolvimento de conhecimentos, e no apoio às ações governamentais e movimentos sociais. Sua contribuição combina apoio direto, produção de conhecimentos, formação de quadros e construção de projetos e políticas (BENINI et al., 2012).

Ainda conforme os autores, no Brasil, percebe-se, que nos últimos anos vêm existindo o crescimento e o desvelamento de experiências de produção, consumo, distribuição e crédito que se administram a partir dos princípios da autogestão, do coletivismo, da solidariedade e da propriedade coletiva dos meios de produção pelos próprios trabalhadores. O fato de a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), ter sido criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foi possibilitando o desenvolvimento efetivo de políticas públicas direcionadas para o fomento dos empreendimentos de Economia Solidária, bem como sua inserção nas agendas públicas enquanto alternativa para geração de trabalho e renda e estratégia de desenvolvimento.

Nesse sentido, a mesma estimulou vários outros ministérios e órgãos públicos introduzirem a economia solidária como eixo estruturante transversal de políticas públicas de geração de renda e combate à pobreza extrema no Brasil.

A II Conferência Nacional de Economia Solidária (II CONAES, 2010) foi explícita ao entender que:

Nos momentos de crise econômica aumenta o interesse pela Economia Solidária, suscitando o debate sobre o tema. No entanto, a Economia Solidária não deve ser considerada apenas como um conjunto de políticas sociais ou medidas compensatórias aos danos causados pelo capitalismo, nem como responsabilidade social empresarial. Seu desafio é o de projetar-se como paradigma e modelo de desenvolvimento que tem por fundamento um novo modo de produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e à segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futuras, construindo um nova forma de inclusão social com a participação de todos. Neste sentido, as políticas públicas de Economia Solidária podem ser medidas anticíclicas efetivas, estruturais e emancipatórias que possibilitam um conjunto de microrrevoluções. (II Conaes, Brasília, julho de 2010, p. 14.)

Segundo França Filho (2006), no tocante às políticas públicas brasileiras voltadas a Economia Solidária, propõe que existe a necessidade de avaliar se as políticas públicas direcionadas pelo Senaes para o desenvolvimento da economia solidária no Brasil, ou seja, se estão efetivamente congruente com seus princípios, e ainda, se estar cumprido de seu papel estratégico de consolidar essa matéria econômica no âmbito nacional.

Para o autor, é necessária a participação da sociedade conjuntamente com o estado na elaboração das políticas públicas, pois nesse aspecto, reside um grande desafio que é o da política pública de Economia Solidária tentar ressignificar essa relação histórica entre Estado e sociedade no processo de formulação e construção de políticas públicas. Isso é um desafio sem precedentes, tendo em vista que as fricções, tensões, o nível de conflito que isso envolve. Mas é bom lembrarmos que grande parte desse público gestor de política pública de Economia Solidária é justamente o público oriundo dos próprios movimentos da Economia Solidária (FRANÇA FILHO 2006).

Nesse sentido, o autor é enfático ao afirmar que, no desenvolvimento e execução das políticas públicas voltadas para economia solidária necessitam de forma contundente da participação tanto do Estado quanto da sociedade civil, bem como da participação do público que já estão de alguma forma envolvidos no contexto da economia solidária, tendo em vista que no Brasil existe um percentual

grande de participação de atores nesse processo de formação de políticas públicas, os quais são oriundos de atividades econômicas da própria economia solidária.

Nessa perspectiva, percebe-se, que a economia solidária surge no âmbito da sociedade civil, como uma nova maneira de enfrentar a crise de falta de trabalho, por meio da articulação entre os princípios políticos voltados para a cidadania e os princípios organizativos econômicos, e para os processos produtivos e distributivos de bens e serviços.

Com política transversal e intersetorial, a economia solidária possui outro aspecto importante, que por meio do programa Economia Solidária em Desenvolvimento, o qual estava diretamente entrelaçado no próprio Ministério do Trabalho e Emprego, onde através do referido programa, a SENAES interagiu e dialogou com várias ações no âmbito das Políticas Públicas de Emprego.

Outros exemplos de políticas que permeiam o campo da economia solidária, e se apresentando de fora transversal, de modo a facilitar as relações entre setores da administração pública, esteve sua atuação em diversos Ministérios, como: o Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Cultura, Ministério da Educação, entre outros.

Segundo Faria (2011), que esclarece a importância desse contexto da economia solidária, onde a mesma se relaciona diretamente que outros órgãos governamentais, vislumbrando o fortalecimento dos laços da economia solidária em diversas esferas das organizações governamentais.

Sendo assim, podemos dizer que a Economia Solidária conquistou, nesses oito anos de implantação no governo federal, importante espaço no âmbito das políticas públicas sociais, de trabalho, geração de renda, inclusão produtiva, combate à miséria e à fome, cultura, meio ambiente etc., configurando-se uma importante conquista do movimento da Economia Solidária no Brasil e dos movimentos sociais que possuem orientação emancipatória, para além do capital e da sociedade contemporânea. (FARIA et al., 2011, p. 435)

Para o autor ainda, a economia solidária vem se desenvolvendo de forma contundente e sólida em todo o país, as diversas ações e articulações e representadas por suas ações intersetórias, possibilitaram esse fato. A SENAES se apresentou como principal ator e articulador desse processo de crescimento, pois sua agenda nacional foi capaz de fomentar a atuação de empreendimentos

solidários em todo país. A visão de economia solidária brasileira ainda, possibilitou com que a SENAES fosse requisitada para participar de agendas e fóruns internacionais de discussão, trazendo a sua experiência e resultados os quais pode-se citar como exemplos de países que em eventos e espaços de cooperação solicitam a presença do Senaes, podemos citar a Venezuela, Equador, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, México, Cuba, Áustria, Bélgica, Espanha, França, Portugal, Timor Leste, Alemanha, Senegal, Moçambique, Angola, entre outros (FARIA et al., 2011).

De acordo com Schiochet (2011) não se pode negar a importância da Economia Solidária o contexto nacional.

Não há como negar que a Economia Solidária foi uma estratégia própria da sociedade civil. No entanto, na medida em que as forças democrático-populares obtiveram êxito na conquista de governos locais, a Economia Solidária passou também a ser incorporada na agenda das políticas públicas locais. Foi na segunda metade na década passada que foram implantados os primeiros programas e ações governamentais de apoio à Economia Solidária. Tais iniciativas ganharam maior relevância e visibilidade quando implantadas em municípios metropolitanos tais como: Porto Alegre, São Paulo, Recife e Belém. Assim, a Economia Solidária emerge igualmente a partir da ação governamental e não apenas da sociedade civil. (SCHIOCHET et al., 2011p. 445)

Entretanto, percebe-se que somente a partir das experiências dos governos populares que a economia solidária passou a se consolidar como uma política específica, integrando assim uma agenda de políticas públicas voltadas para as estratégias e programas governamentais. Acontecimento este que passou a ser realizado a partir de diversas experiências desenvolvidas pelas políticas de apoio à economia solidária. Nesse ponto de vista das políticas públicas, a inserção da economia solidária nas ações dos governos traz a tona os limites e contradições do “Estado mínimo para o social”, pois, a economia solidária exige uma posição cada vez mais ativa dos governos, vislumbrando assim cada vez mais equipes qualificadas de gestores, que através de ações de longo prazo, ser viabilizado capacidade de alocação de recursos e introduzir a presença do Estado na economia real das comunidades (SCHIOCHET et al., 2011).

Para os autores ainda, entre os movimentos sociais que explicitam esta proposição que diz respeito à relação entre os movimentos sociais e a emergência da Economia Solidária, o mesmo faz referência a três movimentos e lutas sociais

importantes: movimento de luta pela terra, onde podemos incluir a luta dos agricultores familiares, dos trabalhadores rurais sem-terra, dos extrativistas, o movimento popular urbano e o movimento sindical, entre outros.

A questão do acesso à terra e a democratização da estrutura fundiária originou um dos movimentos sociais populares com maior capacidade de mobilização, organização e legitimidade no país. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que é o mais reconhecido movimento do país, foi resultado da organização de milhares de trabalhadores sem acesso aos meios de produção na luta pela reforma agrária no país. Dentre as ações mais características do movimento temos a ocupação e os acampamentos. Ocupações e acampamentos possibilitam, pelos métodos organizativos adotados, a “experiência pedagógica e política” dos Sem Terra em sua ação de resistência e organização da produção. (BENINlet al., 2012)

Segundo o pensamento do autor, as constantes lutas dos agricultores familiares por políticas públicas que garantam o direito de posse e permanecerem na terra em condições de enfrentamento da concorrência do agronegócio e o direito à não estarem subordinados ao capital agroindustrial, se configura outro campo de conflito importante no meio rural. Percebesse que, as principais conquistas dos agricultores familiares foram as políticas de apoio à agricultura familiar, o reconhecimento público do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural, o direito de participação em esferas públicas, bem como o amplo reconhecimento pela sociedade brasileira da importância da agricultura familiar como estratégia social para reverter o êxodo rural e para a produção de alimentos para o mercado interno.

Nesse mesmo cenário de lutas do campo rural, existe outro grupo que também possui históricos de lutas, a saber, os povos e populações extrativistas.

O exemplo mais reconhecido do grupo foi a luta que os seringueiros do Acre liderados por Chico Mendes. O objetivo da luta se dava em torno de os mesmos terem o direito do uso dos recursos naturais e a sua preservação por meio de técnicas de manejo sustentável, sendo esse processo executado pelas populações e povos que tradicionalmente vivem de determinadas atividades extrativistas compõem o campo de disputa e de conquistas. (BENINlet al., 2012 p. 22)

Nessa perspectiva, o direito às reservas extrativistas, com sua criação legal, configura a conquista fundamental juntamente com a democratização da gestão

pública de sua criação e manejo, do respeito à diversidade cultural e preservação ambiental. Essas atividades extrativistas possuem o viés de solidariedade e autogestão de suas atividades econômicas.

Para Doimo (1995), outro ambiente de luta e conquista desses direitos, temos uma nova área de conflitos e contradições na qual, a Economia Solidária surge como experiência desenvolvida por essas populações. Nesse viés de lutas surge os movimentos sociais e as lutas urbanas se caracterizaram fundamentalmente por seu caráter reivindicativo.

A cidade, o bairro e as favelas são os palcos dessas contradições, das lutas e pelejas urbanas. Os principais movimentos foram: movimento do custo de vida; movimento de moradia, movimento de luta contra o desemprego, movimento pelo transporte coletivo e movimento pela saúde.

Para Doimo (1995), a luta urbana por direito a cidadania se apresentava no direito de condições dignas de reprodução social e econômica das camadas populares e no direito aos serviços públicos, todavia, o conflito principal tinha seu registro na contraposição à tradição política autoritária, clientelista e assistencialista.

O controle popular, a participação direta da população e a consciência dos direitos assegurados em leis e sistemas públicos amplos e universais representavam o potencial de avanço democrático das lutas urbanas. Assim, a ampliação do lado provedor do Estado e a alteração do sistema de representação de interesses por meio da institucionalização de formas de participação popular foram as contribuições decisivas do movimento social urbano.

Nesse sentido, a Economia Solidária pode ser caracterizada como uma resposta democrática, que através das lutas dos movimentos sociais, vislumbrando uma nova visão social, fundamentada no acirramento do conflito e das contradições existentes entre as conquistas democráticas, onde os avanços na institucionalização de direitos e a crescente impossibilidade de sua concretização em função do desemprego estrutural e da exclusão social decorrentes do modelo econômico.

A Economia Solidária pode ser caracterizada, portanto, como toda forma de trabalho associado, de produção e/ou comercialização de bens e serviços com vista à geração de trabalho e renda. Sua especificidade consiste na propriedade coletiva dos meios de produção, na associação livre e voluntária, e na autogestão. A Economia Solidária apesar de conceituada por vários autores de formas diversas é

relacionada a atividades com a mesma finalidade, de cumprir e desenvolver o mesmo papel social, objetivando o alcance de interesses individuais e organizando-se a partir de fatores humanos nos quais sejam fortalecidas as relações onde o laço social seja valorizado através da reciprocidade com práticas de autogestão e cooperativismo autônomo (LECHAT, 2002)

Todavia, após os governos de Michel Temer e do atual de Jair Bolsonaro, as políticas públicas voltadas para a Economia Solidária passaram a não terem mais a relevância que existiu nos governos do anteriores.

A SENAES que foi rebaixada a Subsecretaria desde a gestão de Temer, deixou de existir e foi transformada em departamento do Ministério da Cidadania, de acordo com a MP 870/2019, publicada em 1º de janeiro de 2019. Até então atrelada ao Ministério do Trabalho, que foi também extinto pelo governo federal, a SENAES tinha como objetivo viabilizar e coordenar atividades de apoio à economia solidária em todo o território nacional, buscando promover geração de renda, inclusão social e promoção do desenvolvimento justo e solidário. Foi criada a partir de ampla mobilização da sociedade civil, tendo como base experiências práticas de autogestão de trabalhadores e trabalhadoras. Portanto, não era resultado de um pensamento isolado, mas, sim, de tradução de necessidades da sociedade civil e de construção coletiva.

2.3 GESTÃO DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

Os Bancos Comunitário de Desenvolvimento (BCD), são fundamentados no apoio e investimento às iniciativas da economia popular e solidária em suas diversas áreas de atuação, muitas dessas iniciativas são direcionadas para os pequenos empreendimentos produtivos, prestação de serviços, apoio à comercialização de produtos derivados da economia solidária e atender as demandas das pequenas economias populares, bem como, apoio a famílias em situação de vulnerabilidade social através de empréstimos solidários por meio de oferta de microcrédito.

Para uma maior compreensão da funcionalidade dos CBD, é necessário ainda ter uma visão geral do que se trata o microcrédito e cooperativismo, bem como a relevância dos mesmos no processo de desenvolvimento da economia local das comunidades pelos Bancos Comunitários.

Segundo Singer (2002, p., 20) “o Microcrédito deve ser visto como uma ferramenta fundamental de combate à pobreza em um país de desigualdades como o nosso”. Para Singer, a contribuição do microcrédito, mesmo mais tímida, é possível ser feita através do processo de descentralização do capital e inserção no mercado os indivíduos marginalizados anteriormente; nesse sentido o crédito popular pode suprir, em curto prazo, as necessidades existentes em contextos de escassez de oferta de crédito. Através dessas medidas é possível elevar a demanda de bens e serviços e contribuir para a criação de empregos renda, aproveitando a capacidade de produção ociosa na economia local. Todavia, percebe-se, que para se alcançar maiores resultados, seria desejável uma maior divulgação e distribuição do Microcrédito, às comunidades ou empreendimentos de pessoas mais vulneráveis economicamente.

Yunnus (2006, p., 270), por sua vez, descreve que “não é o trabalho que salva os pobres, mas o capital ligado ao trabalho”. Para o autor na grande maioria dos casos, esse capital pode reduzir a pobreza a um custo nulo ou mínimo para o contribuinte.

O autor ainda afirma que o Microcrédito, pode ser definido como uma ferramenta eficaz com capacidade de concretizar valores econômicos e sociais, estreitamente ligados ao combate à pobreza, tendo em vista que o mesmo promove a inclusão econômica e social aos grupos de indivíduos e de pequenos empreendimentos, de determinado local ou região possibilitando condições para o desenvolvimento de suas atividades econômicas empresariais, e por consequência, possibilita a dignidade das pessoas inseridas nos extratos mais pobres da sociedade.

Para Neri (2008), os pobres e excluídos sociais necessitam de forma geral de oportunidades e não de caridade. Todavia, devido a não existência de políticas públicas adequadas dentro das estruturas Estatais, esse fato prejudica e não garante uma vida digna a todos os cidadãos, o que se vê é a perpetuação dos vícios históricos de desigualdade e exclusão econômica e social.

Para Yunnus (2006), a utilização do crédito popular em comunidades em localidades carentes, pode gerar um fomento na economia local, este crédito ainda pode ser capaz de possibilitar a abertura e desenvolvimento de pequenos empreendimentos com acentuada chance de sucesso, e assim, inserir pequenas quantias de capitais na economia local.

De acordo com o pensamento de Melo Neto (2003), o Microcrédito é composto em um mesmo campo econômico, ferramentas de crédito, produção, comercialização e consumo simultaneamente. Por meio dessas características, é possibilitada a expansão da demanda, através da comercialização de bens de consumo e serviços, contribuindo assim, para o desenvolvimento econômico e social das comunidades atendidas pela oferta de crédito, que além do aspecto econômico, dentro do viés da economia solidária, o microcrédito possibilita algo que está além da oferta de crédito como é oferecido pelos bancos normais.

As estratégias e ações desenvolvidas pela oferta de crédito em um contexto solidário tem início com a aperfeiçoamento e valorização do trabalho, assim também, o aumento das possibilidades de fomento econômico e financeiro dos moradores da comunidade assistida pela atuação da oferta dos capitais, despertando assim a visão solidária e envolvimento com a colaboração enquanto estratégia de um modelo de desenvolvimento social local, esse fomento possibilita ainda o resgate da autoestima e desenvolvimento do empreendedorismo dos grupos atendidos por esses projetos de oferta de crédito.

Nessa perspectiva, conforme o pensamento de Souza (2011), o microcrédito está intrinsecamente ligado aos aspectos econômicos solidários, bem como com certo controle social, onde ainda, a existência de cooperação apoiado na confiança recíproca fomenta a demanda sustentada com fortalecimento do capital social nas comunidades beneficiadas. O aumento desse capital social fomentado pela ação do microcrédito, possibilita a melhoria nos indicadores sociais, nesse sentido a oferta de crédito permite com o tempo o fortalecimento das capacidades empreendedoras e de cooperação dos indivíduos e comunidades trabalharem juntos potencializando os resultados econômicos e sociais.

No centro dessa discussão sobre a oferta de crédito às comunidades desassistidas pelo sistema financeiro tradicional, surgem os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD), que conforme Melo Neto e Magalhães (2009, p. 24) “são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária”. Percebe-se que o objetivo dos Bancos Comunitários é fomentar a economia local, promovendo

assim o desenvolvimento do território, bem como fortalecer as organizações comunitária de aspetos solidários, a partir da oferta de serviços financeiros.

Singer (2009), apresenta o termo “solidário”, na perspectiva dos serviços financeiros, no contexto de uma economia regida pela maximização dos lucros e otimização dos resultados, no sentido do viés da confiança e da cooperação. Para o autor as diretrizes do pensamento econômico solidário, também fazem parte da concepção de atividade econômicas realizada em rede. É observado que ao proporcionar de forma conjunta o fomento à produção e ao consumo no território, denominado derede local de consumidores e produtores, existe nesse processo a ruptura com a lógica de mercado capitalista, onde produtores competem entre si e os consumidores são disputados, passando assim nesse sentido para a busca por uma economia associativa e de autogestão.

Nessa concepção, é importante ressaltar que oferecer os serviços financeiros não faz sentido se esses não estirem orientados por princípios que vislumbrando fortalecimento comunitário o planejamento e a desenvolvimento dos recursos locais, sejam eles econômicos ou sociais, na promoção da cooperação e da democracia (SINGER, 2009).

O Grameen Bank, de acordo com França Filho, (2006) é considerado a primeira experiência de BCD, mais antiga a oferecer o Microcrédito na contemporaneidade, sua filosofia econômica é fundamentada nesse viés econômico solidário, o mesmo é conhecido internacionalmente e é permeado com aval da solidariedade, bem como fornece assessoria os seus usuários por meio dos agentes de crédito.

No Brasil, o primeiro Banco Comunitário de Desenvolvimento foi o Banco Palmas, instituído em 1998, o mesmo tem sido o principal agente de propagação de seus aspectos econômicos e de gestão compartilhada, onde o referido oferece assessorias técnicas aos seus membros através do Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia solidário.

O objetivo dos BCD para seria promover e auxiliar o desenvolvimento das comunidades e territórios que possuem baixa renda, por meio do incentivo a criação de redes locais de produção distribuição e consumo, com base nos princípios da economia solidárias, como: empreendimentos sócioprodutivos, prestação de serviços a comunidade atendida pelo banco, e ainda, apoio à comercialização na

comunidade com: Mercarias, mercadinhos, lojas e feiras solidárias e ainda, organizações de consumidores e produtores.

Os BCD,são geridos de forma geral, com um conjunto de coordenação executiva, os quais estão inseridos no contexto da estrutura de mobilização local como associações, fóruns, conselhos, sindicatos, ONGs e igrejas. No que diz respeito aos recursos para sua manutenção, os mesmos possuem sua origem no fundo solidário de investimento comunitário, através de doações de pessoas físicas e jurídicas, cotizações de associados e programas de governo (MELO NETO; MAGALHÃES, 2009).

Melo Neto e Magalhães(2009), ainda, reforçam o pensamento que o BCD oferecem crédito para comunidades onde a renda é relativamente baixa e sem uso da burocracia que tradicionalmente compõem os processos dos bancos normais, todavia, existe a cobrança de taxas de juros a serem pagas para se ter o acesso a linha de crédito, não se tratando assim de uma doação. Nesse sentido as modalidades de oferta de crédito estão inseridas no contexto das Finanças Solidárias, o que não impede que atuem com créditos subsidiados.

Os BCDs destacam-se pela forma de gestão compartilhada entre os membros da própria comunidade, onde os mesmos estão inseridos, pois, os referidos buscam a auto-sustentabilidade financeira, nesse mesmo sentido, Melo Neto e Magalhães (2009) destacam que os principais aspectos de um banco comunitário são:

- Serem criados por decisão da própria comunidade, que se torna sua gestora e proprietária;
- Atuar sempre com duas linhas de crédito: uma em reais e outra em moeda social circulante;
- Estimular, por intermédio de suas linhas de crédito, a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território; Apoiar empreendimentos – feiras, lojas solidárias, centrais de comercialização etc.;
- Atuar em territórios caracterizados por alto grau de exclusão e desigualdade social;
- Voltar-se para um público com alto grau de vulnerabilidade social, sobretudo aqueles beneficiários de programas governamentais de políticas compensatórias;
- Fundar sua sustentabilidade financeira, no curto prazo, na obtenção de subsídios justificáveis pela utilidade social de suas práticas. Com base nas informações expostas acima, de maneira geral, um banco comunitário deve se pautar dentro de certo arranjo:
- A primeira delas é a gestão comunitária, onde a comunidade decide criar o banco e suas estratégias, inclusive quanto à administração dos recursos;

- A segunda seria circulante local, moeda complementar à moeda oficial, aceita e reconhecida por produtores, comerciantes e consumidores do bairro;
- A terceira seria atuar com duas linhas de crédito, uma em moeda oficial e a outra em moeda social;
- A quarta diz respeito à criação de uma rede local que estimularia o crédito, a produção, a comercialização e a capacitação daqueles que pertencem à comunidade, ou seja, promoveria o desenvolvimento do lugar;
- A quinta estaria relacionada com o apoio a empreendimentos como feiras, lojas solidárias, etc.;
- A sexta é de extrema importância, tendo em vista que trata da atuação do banco em territórios com alto grau de exclusão e desigualdade social;
- A sétima é voltar-se para um público com alto grau de vulnerabilidade social (principalmente os cidadãos beneficiados pelos programas governamentais de políticas compensatórias);
- A última diz que o banco precisa fundar sua própria sustentabilidade financeira em curto prazo. (MELO NETO; MAGALHÃES, 2009, p. 23-24)

Para os autores, a criação de bancos comunitários e o desenvolvimento de moeda social por parte da população seria o principal meio para promover o desenvolvimento econômico e social da localidade onde se encontra sua atuação. A moeda social ou circulante local utilizada como instrumento de troca em empreendimentos solidários, possibilita com que os recursos circulem na localidade, gerando trabalho e renda, e beneficiando os produtores da localidade. Os autores ainda destacam que o circulante local não se limita ao aspecto econômico, tendo em vista que a mesma contribui com o processo de capacitação, organização e empoderamento da comunidade e mostram uma nova dinâmica financeira entre os seus agentes.

Conforme Melo Neto e Magalhães (2009), o grande desafio dos BCD, é sempre garantir o lastro, para que a moeda social possa continuar ativamente circulando, sendo assim, como fazer então esse lastro sem torna-se dependente de projetos, doações, cooperação com órgãos internacionais e outros, pois a quantidade de moeda social circulando na comunidade, vai produzir os impactos almejada na economia local pelo projeto e finalidade dos BCD.

O II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários realizado em 2007 definiu que:

Os bancos comunitários são serviços financeiro solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária. Seu

objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às três iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos sócio produtivos, de prestação de serviços, comercialização, e organizações de consumidores e produtores.(II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários realizado em 2007)

Os BCD, são fundamentados no apoio e investimento às iniciativas da economia popular e solidária em suas diversas áreas de atuação, muitas dessas iniciativas são direcionadas para os pequenos empreendimentos produtivos, prestação de serviços, apoio à comercialização de produtos derivados da economia solidária e atender as demandas das pequenas economias populares, bem como, apoio a famílias em situação de vulnerabilidade social através de empréstimos solidários.

Singer (2009) acrescenta, que os trabalhadores do banco, os tomadores de crédito, os comerciantes, ou seja, a comunidade como um todo, ao conhecer mais sobre os conceitos econômicos e os mecanismos financeiros contribuir para o fortalecimento e a qualificação da participação dos moradores no debate sobre o desenvolvimento do bairro e, como o resultado, potencializa as ações do banco. O atendimento feito no BCD, é uma oportunidade de aprendizado que se dá na prática, pois, a partir das dificuldades que por ventura apareçam no dia a dia do trabalhador, que também é morador, pode ser utilizado para compartilhar experiências comuns que facilitem esse processo. Ainda, o banco comunitário organiza a oferta de serviços financeiros com a articulação de outras ações como projetos comunitários, capacitação e reuniões sobre o bairro, o que, no limite pode significar a entrada da população mais carente em uma rede de relações e de apoio na comunidade. Estas ações contribuem para o capital, bem como cria um espaço de debate entre os moradores fortalecendo a relação comunitária.

2.4 MOEDA SOCIAL COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL

O processo evolutivo da moeda ao longo da História pode ser utilizado como referencial para afirmar as funções e as características exigidas para que um instrumento monetário desenvolva de forma contundente seu papel econômico, que apesar de não possuir um conceito consensual a moeda pode ser dimensionada como sendo um bem ou instrumento econômico que, tendo sua aceitação por uma coletividade, servindo como intermediário de trocas de bens, se constituindo assim em uma unidade de conta que representa uma reserva de valor econômico.

Nesse sentido, a moeda passa a adquirir uma materialidade física, se materializando em um bem ou ainda se apresentar como um instrumento intangível qualquer, servindo de certa forma como base às transações. Todavia, se faz necessário a aceitação da mesma por uma coletividade, reconhecido como ferramenta monetária pela sociedade como um todo ou até mesmo por certo grupo de agentes que se relacionam economicamente.

Atendida essa condição, o conceito remete às funções da moeda, onde a priori, se apresenta sua função de intermediária de trocas, tendo esse aspecto o principal papel que a moeda executa no sistema econômico. Em seus primórdios, essa função permitiu que a moeda fosse a responsável por um maior nível de especialização e de divisão social do trabalho, tendo em vista a redução do tempo utilizado nas transações e desconstruir os inconvenientes da necessidade da dupla coincidência de desejos exigida nas economias de escambo.

Em sua segunda função a moeda se apresenta como uma unidade de conta, onde, todos os bens e serviços ofertados em uma economia têm seu valor referenciado na moeda, tendo como objetivo facilitar a efetivação das transações em si, a comparabilidade na valoração de diversas mercadorias e a possibilidade de construção e estruturação de informações pela padronização, em ambas as esferas microeconômicas e macroeconômicas.

No que diz respeito a reserva de valor, segundo Lopes e Rossetti (2005, p.22), “por sua liquidez e pelos graus de incerteza quanto às possibilidades futuras de conversão de outras formas de ativo, a moeda é um reservatório por excelência de poder de compra”.

Nessa perspectiva histórica, o surgimento e desenvolvimento de um instrumento monetário de forma eficiente surgiram em paralelo ao desenvolvimento da sociedade, todavia, sempre se apresentou como objeto de ardentes debates e polêmicas discussões. Antes mesmo do surgimento da ciência econômica, diversos filósofos já haviam defendido algumas proposições a respeito o papel da moeda na sociedade. O próprio Aristóteles desenvolveu a ideia da moeda como sendo meio de troca e padrão de valor.

Para Lopes e Rossetti (2005), Aristóteles deduziu que:

Muitas coisas necessárias à vida não são facilmente transportáveis, razão que levou os homens a empregar em suas transações algo intrinsecamente útil e facilmente aplicável aos propósitos comuns da vida, como o ferro, a prata e coisas similares; esses bens são um veículo de troca e um repositório de valor, uma vez que constituem um padrão universal de medição, sobre o qual há geral concordância. Suas ideias foram mais bem entendidas de qualquer outro pensador durante mais de mil e quinhentos anos após sua existência (LOPES, ROSSETTI, 2005, p. 185).

Nesse sentido, percebe-se que durante um longo período de tempo as reflexões econômicas no que diz respeito à moeda permaneceu com pouca evolução, sendo o mesmo mais focado em aspectos como moral e ética, sobre o acúmulo de riqueza e da cobrança de juros sobre empréstimos de moeda. Entretanto, somente após o surgimento do Mercantilismo e seu pensamento básico de acúmulo de metais preciosos se registra na história novas reflexões o respeito das potencialidades do papel da moeda.

No advento do Capitalismo, a moeda passou a ser um fator de extrema importância nos processos comerciais e financeiros, passando assim a ser um elemento que exerce um papel exponencial nas diversas áreas da economia moderna, estando a mesma diretamente ligada aos fatores de desenvolvimento econômico de muitas nações.

Nessa perspectiva, a exclusão financeira de determinado território, passa a ser uma situação característica de populações que vivem em condições de vulnerabilidade socioeconômica, estando de forma direta associada ao empobrecimento desses territórios. Na verdade, a disponibilidade de meios de troca e de recurso ou serviços de financiamento é imprescindível no processo de viabilização e a realização de atividades produtivas e a circulação de riquezas que podem promover o atendimento de necessidades (LEYSHON; THRIFT, 1996).

Abramovay (2004), enfatiza que as instituições bancárias formais possuem comportamento e oferecem serviços financeiros caracterizados por desinteresse e um alto custo de acesso para a população mais carente, e que organizações locais pautadas em relações de proximidade podem criar serviços financeiros mais adequados às necessidades do público marginalizado.

Nesse contexto, as moedas sociais ou ainda denominadas de circulantes locais, moedas complementares ou paralelas, podem ser compreendidas como uma forma alternativa de troca de bens e serviços, onde o processo de gestão e administração é realizado de forma cooperativa. As mesmas também possuem circulação restrita geograficamente, tendo como princípio fundamental o fomento à produção e circulação de riquezas locais, e diferentemente das formas de pagamento tradicionais, não servem como meio de acumulação, pois geralmente não rendem juros e, ao circularem dentro de restrições espaciais, promovem a ativação das capacidades produtivas locais.

De acordo com Coelho (2003), as finanças solidárias inserem-se no escopo de criação de economias solidárias como ferramenta de democratização das relações econômicas, a partir da adequação de serviços financeiros às necessidades específicas de comunidades excluídas do sistema bancário tradicional, nesse ambiente estão inseridas experiências como as moedas sociais, Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Rotativos, clubes de trocas, cooperativas de crédito solidário e algumas experiências de micro finanças.

Na experiência do Brasil o desenvolvimento e uso de moedas sociais e a disponibilização de serviços de crédito solidário, têm sido amplamente praticados por meio da atuação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs). A expansão de modelos de BCD nas mais diversas regiões do país se deu a partir de 2005, com a constituição da política pública de finanças solidárias promovida com apoio direto da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (SINGER 2009).

Com efeito, as iniciativas por parte da sociedade civil e o apoio governamental têm inspiração e apoio na experiência de sucesso do Banco Palmas, banco comunitário criado junto a uma moeda social em fins dos anos 90 em uma região periférica da cidade de Fortaleza/CE – caso pioneiro de organização de política

comunitária e gestão social para o desenvolvimento local (RIGO, 2014; RAPOSO; 2014).

No que diz respeito à contemporânea formação social e seu sistema financeiro tendo como características a concentração e acumulação de riquezas, argumenta que a organização das atividades econômicas e relações sociais se desenvolve dentro de um processo de globalização gradativamente caracterizado pela desigualdade regional e exclusão social de territórios condicionados à pobreza.

É neste contexto que a organização das economias locais por meio da utilização de moedas sociais ou serviços de finanças solidárias surgem como uma proposta alternativa para complementar o atendimento de demandas econômicas e sociais e o desenvolvimento dessas comunidades empobrecidas e marginalizadas, nessa perspectiva, as moedas sociais podem ser compreendidas como um alternativo meio de troca de bens e serviços que é administrado por seus atores, apresentam ainda, uma variedade de formas de expressão conforme condições específicas, aspectos intrínsecos sociais e culturais, nas quais surgem a possibilidade emancipatória e participativa dos atores no processo de desenvolvimento local, tendo em vista, a devida preocupação com as características sociais e espaciais dos territórios ou comunidades, se apresentando como um processo de fomento de suas potencialidades, baseado na mobilização de recursos ou condições endógenas dos territórios e iniciativa de atores locais por meio da efetiva participação popular com o intuito de transformar sua própria realidade e, conseqüentemente, sua qualidade de vida (SINGER 2009).

Segundo Melo Nelo e Magalhães (2009), as moedas sociais inserem uma nova filosofia de autofinanciamento e desenvolvimento endógeno territorial, um instrumento de natureza e estrutura contratual, como potencial para enfrentar ou atenuar o problema do desencaixe entre disponibilidade de capital (recursos disponíveis) e necessidades não atendidas. Estas seriam um meio alternativo para viabilizar o acesso aos direitos econômicos.

Nesse sentido, a moeda social, não tem a ambição de substituir a moeda oficial, porque entre suas características não está o curso forçado e o poder liberatório da moeda nacional, visto que, só é utilizada pelos participantes do projeto, e em abrangência de circulação apenas em um território específico.

Em sua concepção original, as moedas sociais ou circulantes local, pode ser considerada como uma moeda complementar à moeda nacional, desenvolvida e implementada pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento com a objetivo de fazer circular as riquezas em determinado território, por meio do estímulo à comercialização, produção e consumo, gerando trabalho e renda.

Conforme Melo Neto e Magalhães (2006), a moeda social possui as seguintes características:

- a) O circulante local tem lastro na moeda nacional, o real (R\$). Ou seja, para cada moeda emitida, existe no banco comunitário, um correspondente em real;
 - b) As moedas são produzidas com componentes de segurança (papel moeda, marca d'água, código de barra, números serial) para evitar falsificação;
 - c) A circulação é livre no comércio local e, geralmente, quem compra com a moeda social recebe um desconto promovido pelos comerciantes e produtores para incentivar o uso da moeda no município/bairro;
 - d) Qualquer produtor/comerciante cadastrado no Banco Comunitário pode trocar moeda social por reais, caso necessite fazer uma compra ou pagamento fora do município/bairro;
 - e) A exemplo do Banco Comunitário, o controle e as riquezas geradas pela moeda, ficam na comunidade.
- (MELO NETO; MAGALHÃES, 2006, p. 6)

Para os autores, introdução da moeda social que circula na economia local do território é realizada através de empréstimos sem juros ou pela troca da moeda nacional no BCD, ou ainda, no recebimento por trabalho realizado nalgum empreendimento pertencente a algum ator da rede, e a moeda que aumenta a liquidez de forma localizada.

Nesse sentido, a moeda social apresenta-se como uma poderosa ferramenta de contribuição no processo de desenvolvimento da economia local, devido a sua facilidade de circulação e aceitação na localidade atendida pelo empreende, colaborando assim de forma direta no tocante a geração de emprego e renda.

Ainda segundo Soares (2006, p. 135) a moeda social pode ser caracterizado como:

A moeda social é uma forma de moeda paralela criada e administrada por seus próprios usuários, logo, tem sua emissão originada na esfera privada da economia. Ela não tem qualquer vínculo obrigatório com a moeda nacional e sua circulação é

baseada na confiança mútua entre os usuários, participantes de um grupo circunscrito por adesão voluntária.
(SOARES, 2006, p. 135)

Segundo o autor, a moeda só tem valor quando aceita pela sociedade. Por mais que seja óbvia tal constatação, esta assume um papel central no que trata de moedas sociais ou circulantes locais, tais moedas vinculadas a BCD, recebem muito auxílio e são implantadas por força política, assim sendo, são impactadas por variações políticas e, portanto, tendem a ter rejeição e aceitação mais complexa do que simplesmente um benefício do qual se tomaria posse. O nível de associação também se leva em conta neste caso, porque há necessidade de um maior entendimento de relacionamento entre pessoas para que a moeda possa circular entre elas e a solidariedade possa fazer seu papel (SOARES 2006).

Nesse contexto, existe a importância do diálogo entre a moeda social e a nacional, pois, esse pensamento tem se apresentado sob uma ótica positiva, decorrente da possibilidade de apropriação com moeda social de riquezas externas a comunidade, se manifestado através da inserção de novas tecnologias, insumos, equipamentos entre outros, estimulando à produção local que antes não teria acesso a tais instrumentos pela escassez da moeda nacional (MELO NETO; MAGALHÃES, 2005)

Portanto, o desenvolvimento e introdução da moeda social tem por finalidade a potencialização dos recursos financeiros na economia local, com repercussão direta no mercado de trabalho, na produção e na formação e distribuição da renda, bem como, fatores de produção não utilizados ou mesmo subutilizados e disponíveis na economia local tendem a serem direcionados para atender necessidades pontuais ainda não atendidas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE DA PESQUISA

A presente pesquisa tem como intuito observar a atuação do Banco Comunitário de Desenvolvimento Maringá (BCDM), bem como, a circulação da Moeda Social Margarida, objetivando ainda, a compreensão do processo de geração de trabalho e renda e a influência do empreendimento solidário no que diz respeito à diminuição da desigualdade social local, bem como, proporcionar o alcance dos objetivos específicos proposto.

O surgimento do BCDM se deu através um processo de desenvolvimento da proposta, junto aos autores envolvidos no projeto de elaboração do mesmo, em seguida foi instituído o referido banco no mês de dezembro do ano de 2017, o seu funcionamento se encontra nas dependências do Centro de Educação Integral Margarida Pereira da Silva (CEMAR), situado no Bairro Nova Vida na Cidade de Pombal no estado da Paraíba.

O presente estudo tem como referência os estabelecimentos comerciais que fazem parte da rede recebedora da moeda social “Margarida”, os quais se encontram localizados no Bairro Nova Vida na cidade de Pombal no Estado da Paraíba, e ainda os dados das atividades realizados pelo BCDM no exercício financeiro do ano de 2018.

A cidade de Pombal se encontra situada no sertão do estado da Paraíba, que segundo o último censo realizado pelo IBGE (2010), possui uma população de 32.110 habitantes, com uma renda per capita de R\$11.217,86 e IDH de 0,634. O bairro Nova Vida onde se delimita a área de atuação do BCDM, possui uma população de aproximadamente cinco mil habitantes, o referido Bairro, se encontra em um setor da cidade onde existem diversos fatores que apresentam indicadores de vulnerabilidade social e miséria, como: falta de saneamento básico adequado, ruas sem pavimento, ausência de indústrias que gerem empregos e renda, inexistência de agências bancárias, entre outros.

3.2 ESTRUTURA METODOLÓGICA

A forma de abordagem desse trabalho se trata de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, que para tanto, aplicando-se um questionário desenvolvido através do referencial teórico, e utilizando uma amostra de dez empreendimentos na pesquisa, por meio de técnicas não probabilísticas por conveniência, que se trata de técnicas onde há uma escolha determinada dos elementos da população, que não permite generalizações dos resultados colhidos da pesquisa para a população, nela o pesquisador seleciona os membros da população mais acessíveis (BARBETTA, 2002).

Além dos membros da rede recebedora da moeda social “Margarida”, foi realizada uma entrevista com a coordenadora do BCDM, no mês de outubro do ano de 2019.

Quanto ao tipo de pesquisa é descritiva, conforme GIL (2002) descreve que, esse tipo de pesquisa tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.

A pesquisa quantitativa, segundo Silva et AL., Menezes, (2001 p.20) “considera que tudo pode ser quantificado, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las; nesse estudo foi utilizado ferramentas estatísticas como a porcentagem”.

A abordagem qualitativa por sua vez, busca análises mais profundas com relação aos fenômenos estudados, permitindo uma maior aproximação e mensuração de informações entre entrevistador e entrevistado. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Quanto ao método, utilizou-se a pesquisa de campo realizada com os estabelecimentos comerciais da rede recebedora da moeda social margarida, que segundo GIL (2002, p.53) “a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo”.

A análise dos dados será organizada da seguinte forma: primeiro será apresentado os dados gerais e características dos entrevistados da pesquisa quantitativa, através de gráficos; e em seguida apresentado o resultado qualitativo da entrevista realizada com a coordenadora do BCD Maringá.

Deste modo, a pesquisa trata da avaliação do Banco Comunitário de Desenvolvimento Maringá e sua Moeda Social “Margarida”, localizado no bairro Nova Vida na cidade de Pombal-PB, sob a perspectiva da economia solidária e sua contribuição no processo de desenvolvimento econômico e social local.

A escolha do nome do BCDM, se deu através de um trabalho realizado com o conselho gestor, onde através de uma seleção de nomes, optaram por homenagear uma personagem de uma lenda local muito conhecida, denominada de “Cabocla Maringá” .



Figura 1: Logomarca do Banco Comunitário de Desenvolvimento Maringá
Fonte: Acervo do BCDM

A moeda social Margarida, foi escolhida pelo conselho gestor do BCDM, com o intuito de homenagear Margarida Pereira da Silva (in memoriam), que foi uma referência nas lutas sociais na cidade de Pombal - PB.



Figura 2: Moeda Social Margarida

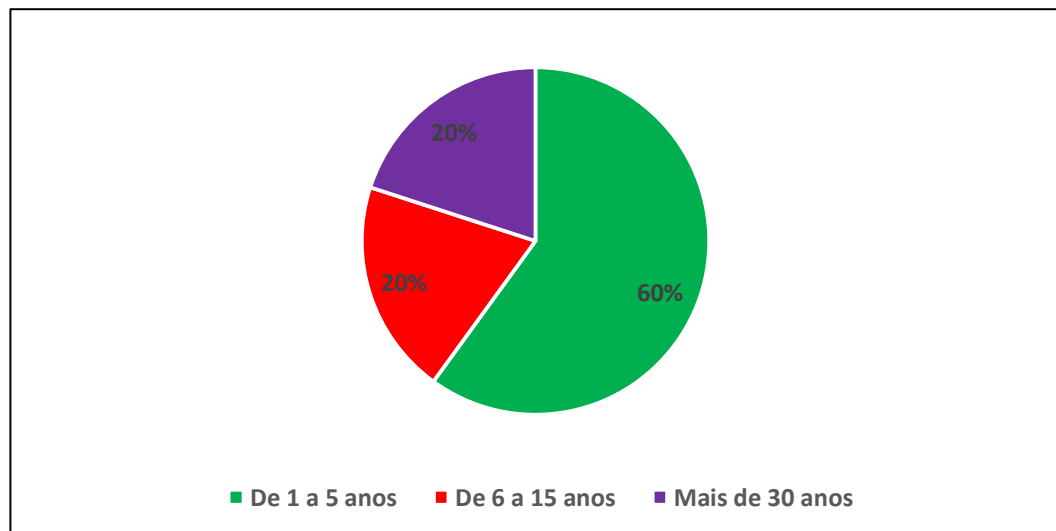
Fonte: Acervo do BCDM

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 PESQUISA QUANTITATIVA – REDE RECEBEDORA DA MOEDA SOCIAL

È observado no Gráfico 1 que, a maioria dos estabelecimentos pertencentes à rede de recebedores da Moeda Social Margarida são empreendimentos relativamente novos, sendo que 60% da amostra se encontra com seu tempo de funcionamento entre um a cinco anos, 20% se encontra entre seis a quinze anos e 20% com mais de 30 anos de existência no mercado.

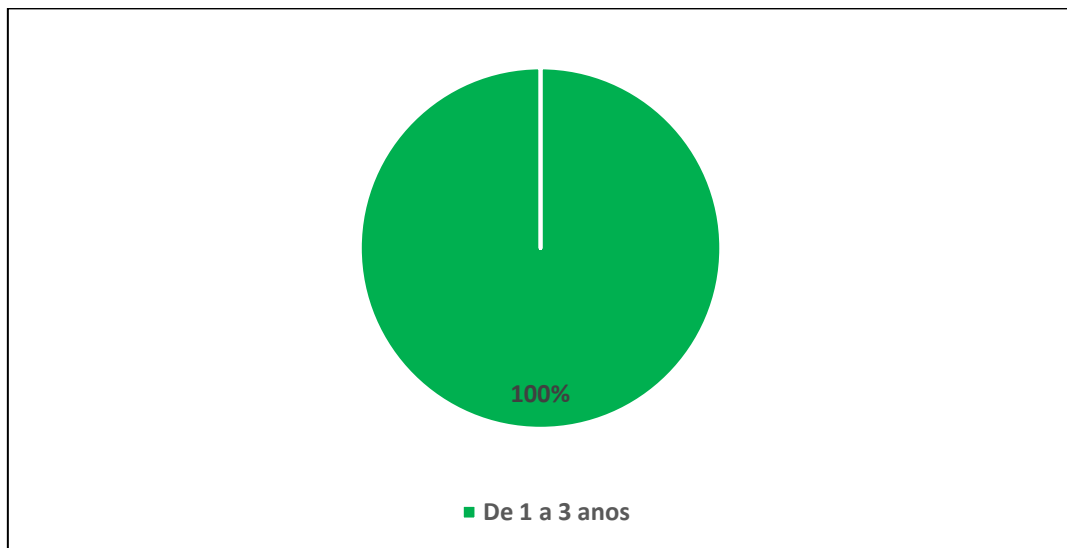
Gráfico 1: Tempo de atuação no mercado



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Devido a sua circulação ter se iniciado apenas há três anos na localidade, o Gráfico 2 traduz a realidade do tempo de atuação do banco, que corresponde a um período de três anos de existência, nesse sentido 100% da amostra se comportou com tempo de recebimento da moeda em seus empreendimentos entre um e três anos.

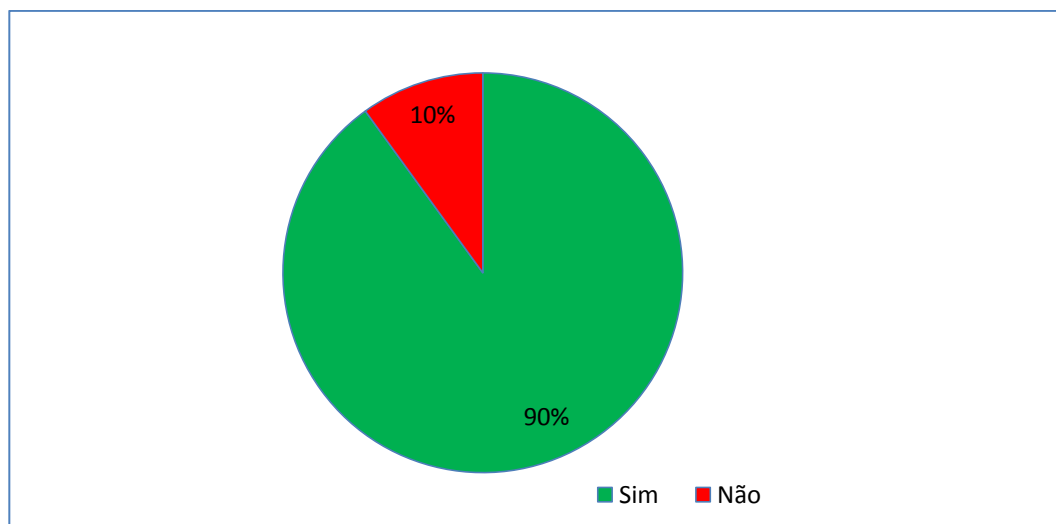
Gráfico 2:Tempo de aceitação da moeda no estabelecimento



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Em relação aos aspectos de desenvolvimento da economia local, os dados apresentados no Gráfico 3 demonstram que, para 90% dos comerciantes entrevistados, percebem que a circulação da moeda social, realmente, tem contribuído no processo de geração de trabalho, renda e consumo na comunidade por ela atendida, e 10% se posicionou de forma a não perceber esse fenômeno na localidade.

Gráfico 3:Moeda social como ferramenta de geração de trabalho, renda e consumo local.



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

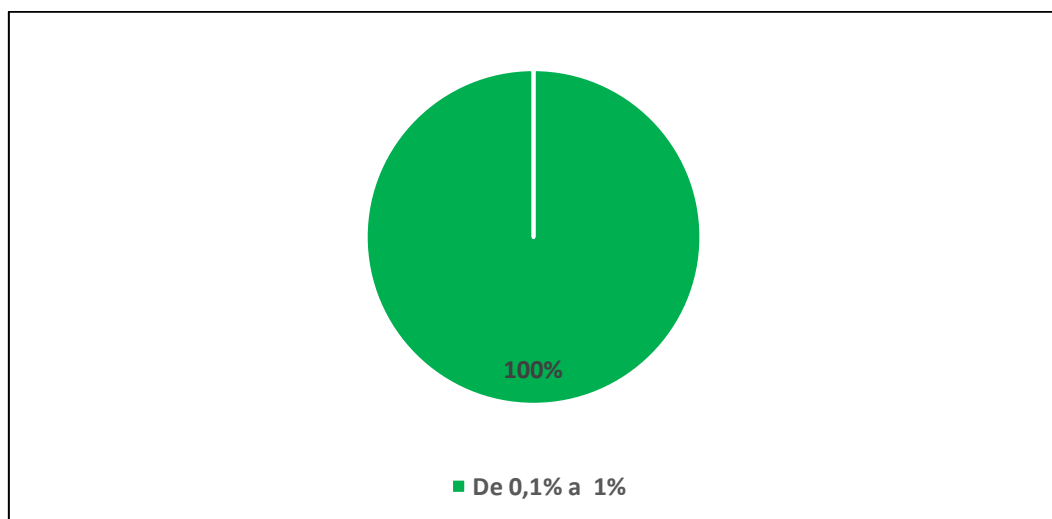
Nesse sentido se ratifica a definição elaborada pelo II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários realizado em 2007 definiu que:

Os bancos comunitários são serviços financeiro solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às três iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos sócio produtivos, de prestação de serviços, comercialização, e organizações de consumidores e produtores (II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários realizado em 2007).

No que diz respeito ao aumento de vendas em termos percentuais, o Gráfico 4, traduz que, 100% da amostra informou que após a entrada do empreendimento na rede recebedora da moeda social, a elevação do consumo nos mesmos esteve entre 0,1% a 1,0%.

Observado esse dado apresentado, sobre a oferta de crédito às comunidades desassistidas pelo sistema financeiro tradicional, ratifica-se a importância do Banco Comunitário de Desenvolvimento Maringá (BCDM), que segundo Melo Neto (2009, p. 24) “são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária”. Percebesse que o objetivo dos Bancos Comunitários é fomentar a economia local, promovendo assim o desenvolvimento do território, bem como fortalecer as organizações comunitária de aspetos solidários, a partir da oferta de serviços financeiros.

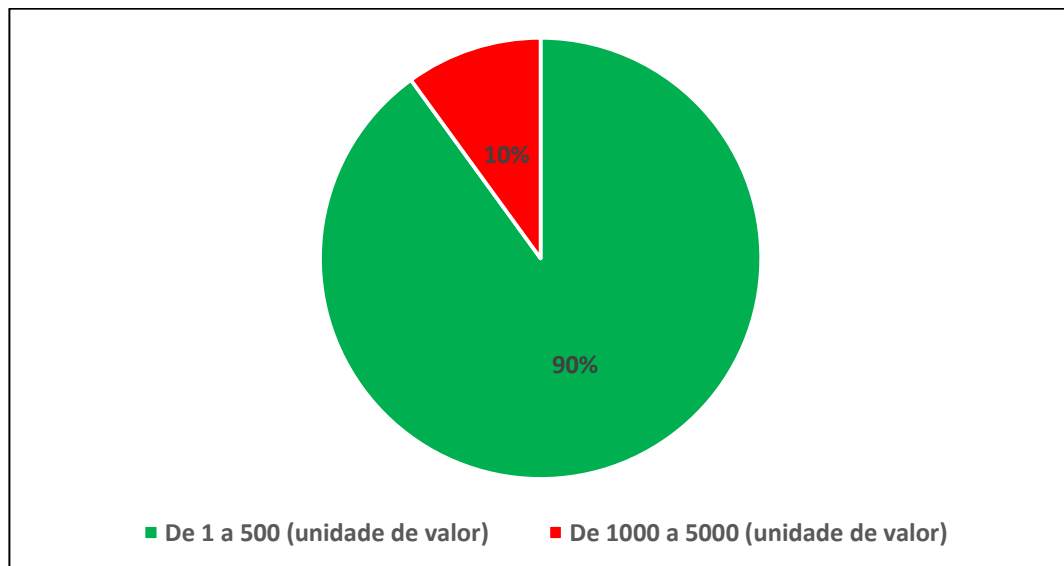
Gráfico 4: Aumento das vendas após a inserção da moeda social



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O Gráfico 5 por sua vez, traduz a realidade enfrentada pelo BCDM, que devido à quantidade de “lastro”, que apresenta um valor relativamente baixo, onde para 90% da amostra coletada, o valor recebido no ano financeiro 2018, foi de até 500 unidades de Margaridas, e apenas para 10% da amostra esteve com seu fluxo de caixa entre 1.000 a 5.000 Margaridas.

Gráfico5: Fluxo de moeda social no estabelecimento

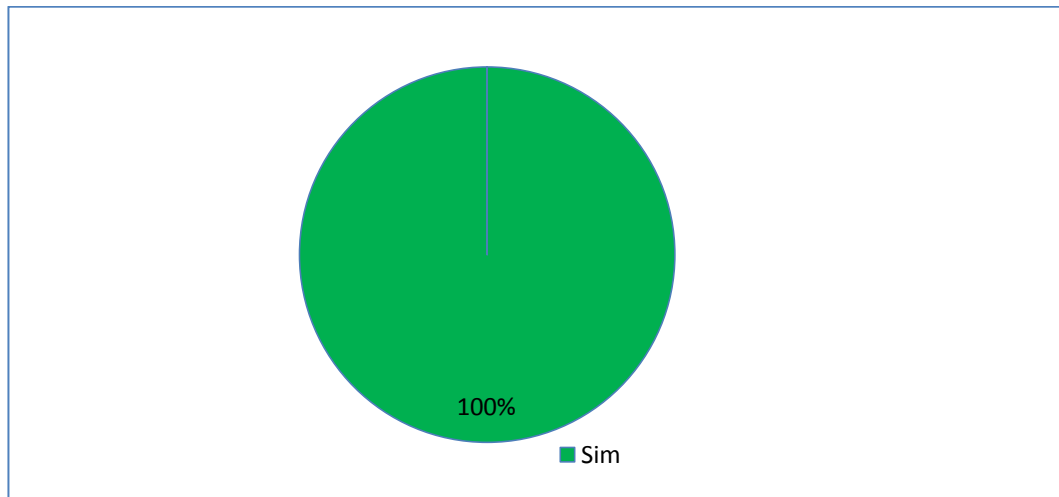


Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O Gráfico 6, apresenta a visão que 100% da rede recebedora tem da atuação do BCCM no território por ele atendido, que segundo o dado apresentado deduz que realmente o banco tem realizado o processo de desenvolvimento local.

Essa compreensão da ação dos BCDs, que segundo Singer (2009), apresenta o termo “solidário”, na perspectiva dos serviços financeiros, no contexto de uma economia regida pela maximização dos lucros e otimização dos resultados, no sentido do viés da confiança e da cooperação. Para o autor as diretrizes do pensamento econômico solidário, também fazem parte da concepção de atividade econômicas realizada em rede.

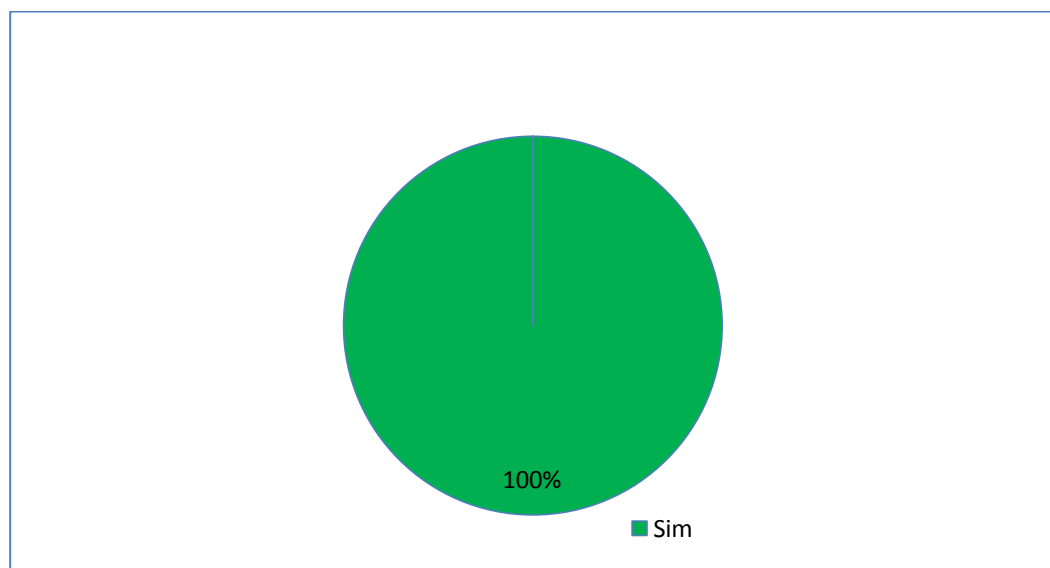
Gráfico 6: Combate a pobreza e geração de renda na comunidade



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

No Gráfico 7, observa-se que, para 100% dos comerciantes abordados pela pesquisa, possuem a concepção de que, os consumidores que utilizam como forma de pagamento em seus estabelecimentos comerciais a Moeda Social Margarida, também consomem nos respectivos comércios utilizando a moeda nacional, o Real.

Gráfico 7: Consumidores que compram com moeda social e também com o Real

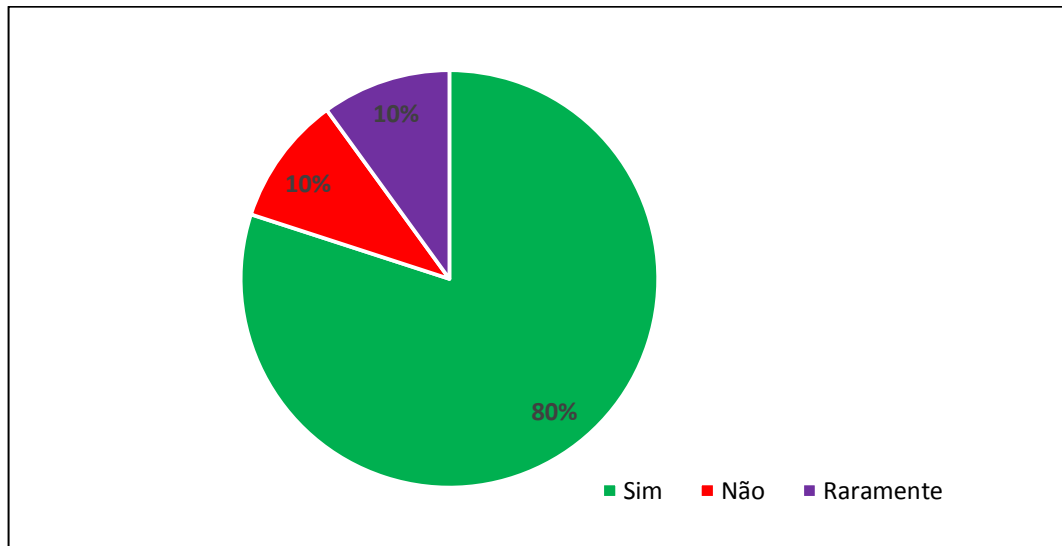


Fonte: Dados da pesquisa (2019)

No Gráfico 8, 80% dos entrevistados afirmam que os consumidores que compram com a moeda social Margarida, apenas consomem em seus

estabelecimentos devido à aceitação da mesma como forma de pagamento, para 10% disseram que não e 10% falaram que raramente esse fato acontece.

Gráfico 8: Consumidores que só compram com a moeda social



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O gráfico 8, traduz de forma expressiva o pensamento de Melo Neto e Magalhães (2009), onde segundo os autores, o objetivo dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento é promover e auxiliar o desenvolvimento das comunidades e territórios que possuem baixa renda, por meio do incentivo a criação de redes locais de produção distribuição e consumo, com base nos princípios da economia solidária, como: empreendimentos sócioprodutivos, prestação de serviços a comunidade atendida pelo Banco, e ainda, apoio à comercialização na comunidade com: Mercarias, mercadinhos, lojas e feiras solidárias e ainda, organizações de consumidores e produtores.

Apesar de ser um empreendimento relativamente novo, e seus recursos financeiros serem insuficientes para o atendimento de forma mais ampla das demandas de oferta de crédito na localidade por ele atendida, observa-se na pesquisa, que o BCDM realmente têm desenvolvido um excelente trabalho de cunho solidário, e o mesmo tem fomentado a economia local, e dado oportunidade de desenvolvimento aos atores envolvidos nas respectivas atividades realizadas pelo banco.

4.2 PESQUISA QUALITATIVA – COORDENADORA DO BCDM

Foi realizada uma entrevista com a coordenadora do BCDM, onde a mesma apresentou informações, as quais compõem a abordagem qualitativa que esse trabalho apresenta.

Quando a coordenadora do BCDM foi indagada a respeito da composição e envolvimento dos atores participantes do andamento dos trabalhos do BCDM, a mesma afirmou que:

“No processo de desenvolvimento do banco, foi de extrema relevância a participação de diversos atores locais, os quais ainda se relacionam de forma direta no andamento das atividades realizadas pela instituição, os quais compõem o conselho gestor do banco, sendo composto de associações comunitárias, EMATER, Casa da Economia Solidária, comunidade Quilombola dos Rufinos, Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social e o CEMAR.”

Os aspectos de autogestão e cooperação que são inerentes aos empreendimentos solidários, devem estar relacionados desde o momento de desenvolvimento dos empreendimentos solidários.

Nesse sentido, conforme o pensamento de Melo Neto e Magalhães (2009), os BCDS são geridos de forma geral, com um conjunto de coordenação executiva, os quais estão inseridos no contexto da estrutura de mobilização local como associações, fóruns, conselhos, sindicatos, ONGs e igrejas.

Outro tema relevante abordado na entrevista, diz respeito à composição do lastro do BCDM, pois, esse aspecto é de suma importância para o atendimento das demandas de oferta das linhas de crédito do banco.

Nessa questão de formação de lastro, conforme a coordenadora do BCDM, foi coletada a seguinte informação:

“O lastro se desenvolveu através de varias iniciativas, sendo parte de um recurso oriundo de um projeto do governo de Estado da Paraíba, intitulado de Ações Integradas, e ainda, 2% do cambio da moeda que os comerciantes deixam no momento da troca das moedas, um real que é recebido sobre a devolução das parcelas da linha de crédito para produção, a compra de cédulas da Moeda Social por parte de colecionadores, bem como venda de rifas, lanches e outras ações.”

No que diz respeito aos recursos para sua manutenção, os BCD, possuem sua origem no fundo solidário de investimento comunitário, através de doações de pessoas físicas e jurídicas, cotizações de associados e programas de governo.

Para Melo Neto e Magalhães (2009), os BCD oferecem crédito para comunidades onde a renda é relativamente baixa e sem uso da burocracia que tradicionalmente compõem os processos dos bancos normais, todavia, existe a cobrança de taxas de juros a serem pagas para se ter o acesso a linha de crédito, não se tratando assim de uma doação. Nesse sentido as modalidades de oferta de crédito estão inseridas no contexto das Finanças Solidárias, o que não impede que atuem com créditos subsidiados.

Em relação à rede de recebedores da Moeda Social Margarida, segundo as informações passadas pela coordenadora do BCDM, a mesma informou que:

“Atualmente, existem doze empreendimentos na localidade atendida pelo BCDM, que recebem a Moeda Social como forma de pagamento, sendo empreendimentos de diversas áreas, como: Padaria, farmácias, mercadinhos, hotel, ortifrutis, posto de gasolina, distribuidora de gás de cozinha e na Casa de Economia Solidária.”

Esse aspecto da circulação da moeda social vai ao encontro do pensamento de Singer (2009), onde o mesmo defende que, é importante ressaltar, que oferecer os serviços financeiros não faz sentido se esses não estiverem orientados por princípios que vislumbrem fortalecimento comunitário, o planejamento e a desenvolvimento dos recursos locais, sejam eles econômicos ou sociais, na promoção da cooperação e da democracia.

Em relação aos atores que tem acesso a linha de crédito do BCDM, a coordenadora foi indagada a respeito de como esse processo se desenvolve na instituição bancária, e quem seriam eles, e quais as linhas de créditos oferecidas aos mesmos, foi apresentada a seguinte resposta:

“Os beneficiários do Programa Bolsa Família, moradores com índice de vulnerabilidade social elevado, os quais são atendidos pela linha de consumo, e jovens, adolescentes que tem o sonho de abrirem seu próprio negócio, de trabalhar e gerar renda, isso através da linha de crédito de produção. Os benefícios: Empréstimos da linha de consumo sem juros, na linha de produção tem juros baixos, sendo apenas um real sobre o valor da parcela, empréstimos com menos burocracia e que atendem a classe vulnerável do município.”

A falta de acesso ao crédito, por parte da população que vive em localidades onde os indicadores de desenvolvimento são baixos, e a taxa de pobreza alta, tem levado a se agravar ainda mais a situação dessas localidades.

Segundo Singer (2002, p., 20) “o Microcrédito deve ser visto como uma ferramenta fundamental de combate à pobreza em um país de desigualdades como o nosso”. Para Singer, a contribuição do microcrédito, mesmo mais tímida, é possível ser feita através do processo de descentralização do capital e inserção no mercado dos indivíduos marginalizados anteriormente; nesse sentido o crédito popular pode suprir, em curto prazo, as necessidades existentes em contextos de escassez de oferta de crédito.

Ainda segundo a coordenadora do BCDM, no ano de 2018, o BCDM movimentou uma quantia de R\$30.000,00 (trinta mil reais) em suas atividades na comunidade por ele atendida. O valor em termos percentuais dos tipos de atividades as quais derivaram a movimentação dos serviços oferecidos pelo Banco são constituídos da seguinte forma: R\$ 20.000,00 ou 67% do valor que circulou foram movimentados através de empréstimos para os atores da comunidade, para as linhas de crédito de consumo e produção, e R\$10.000,00 ou 33% do valor de sua movimentação se originou da venda de cédulas para colecionadores, trocas e eventos.

Também foi indagada a coordenadora do BCDM, se haviam indicadores que atestassem a geração de trabalho, renda e fomento da economia local, gerados pela atuação do BCDM. A mesma expressou a seguinte resposta:

“Sim, foi realizado mapeamento e levantamento junto aos moradores, onde foi constatado que houve excelentes resultados nos indicadores de melhora de condições de vida das pessoas atendidas pelo banco.”

É muito importante esse aspecto das finanças solidárias, onde, através do microcrédito fomenta e desenvolve a localidade por ele atendida, que de acordo com Coelho (2003), as finanças solidárias inserem-se no escopo de criação de economias solidárias como ferramenta de democratização das relações econômicas, a partir da adequação de serviços financeiros às necessidades específicas de comunidades excluídas do sistema bancário tradicional. Nesse ambiente estão

inseridas experiências como as moedas sociais, Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Rotativos, clubes de trocas, cooperativas de crédito solidário e algumas experiências de micro finanças.

Outro questionamento realizado para a coordenadora do BCDM, se refere à atuação do BCDM no tocante ao desenvolvimento econômico local, sua resposta foi a seguinte:

“Com certeza, os moradores começaram a comprar e adquirir mais produtos dentro do seu próprio bairro, a economia local elevou-se sem sombras de dúvida.”

Também foi abordado na entrevista se a instituição desenvolve capacitação dos atores por ela atendida, para a resolução dos problemas endógenos, e atendimento das demandas sociais locais.

A coordenadora do BCDM responde que:

“Sim, e que todos os anos são realizadas em média de três a quatro formações com os comerciantes locais, onde, são discutidos assuntos relacionados as questões sociais do bairro, e eventos realizados em parcerias com os mesmos.”

O devido conhecimento das demandas sociais da comunidade onde se vive, tem o potencial de proporcionar o desenvolvimento de atividades de conscientização coletiva, que possam colaborar com a solução das mesmas.

Segundo Singer (2009), os trabalhadores do banco, os tomadores de crédito, os comerciantes, ou seja, a comunidade como um todo, ao conhecer mais sobre os conceitos econômicos e os mecanismos financeiros contribuir para o fortalecimento e a qualificação da participação dos moradores no debate sobre o desenvolvimento do bairro e, como o resultado potencializa as ações do banco.

Quando questionada a respeito se a instituição realizava atividades educativas de conscientização solidária para os atores e sociedade envolvidos nas políticas desenvolvidas pelo Banco, a resposta dada pela coordenadora do BCDM foi a seguinte:

“Sim, são realizadas atividades educativas para os moradores e principalmente para as crianças também, como o caso do cine Maringá realizado no bairro, onde são passados filmes educativos, entrega de presentes, pipoca, pirulitos entre outras atividades.”

O trabalho de conscientização e desenvolvimento do pensamento solidário tem o poder de enraizar a cultura econômica voltada por á cooperação entre os atores da localidade.

De acordo com pensamento de Melo Neto e Magalhães (2009), a criação dos BCD, e o desenvolvimento de moeda social por parte da população seriao principal meio para promover o desenvolvimento econômico e social da localidade onde se encontra sua atuação. A moeda social ou circulante local utilizada como instrumento de troca em empreendimentos solidários, possibilita com que os recursos circulemna localidade, gerando trabalho e renda, e beneficiando os produtores da localidade.

Os autores ainda destacam que o circulante local não se limita ao aspecto econômico, tendo em vista que a mesma contribui com o processo de capacitação, organização e empoderamento da comunidade e mostram uma nova dinâmica financeira entre os seus agentes.

Com relação aos principais desafios enfrentados pelo BCDM, a coordenadora informou que:

“Sem dúvida, a questão financeira e busca de fontes de apoio financeiro para o desenvolvimento das atividades do Banco, fortalecer o lastro do mesmo são os maiores desafios.”

O processo de formação do lastro dos BCD, pode ser definido como sendo uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos gestores dos BCD, pois, esses recursos geralmente são derivados de doações.

É o que reforçam Melo Neto e Magalhães (2009), o grande desafio dos BCD, é sempre garantir o lastro, para que a moeda social possa continuar ativamente circulando, sendo assim, como fazer então esse lastro não se torna dependente de projetos, doações, cooperação com órgãos internacionais e outros, pois, a quantidade de moeda social circulando na comunidade, vai produzir os impactos almejados na economia local pelo projeto e finalidade dos BCD.

A coordenadora do BCDM, ao ser questionada a respeito se a moeda social Margarida tem cumprido seus principais objetivos, sua resposta foi a seguinte:

“Sim, diante do possível e o que o banco dispõe, está sim sendo cumprido seus principais objetivos.”

Nesse contexto, segundo Singer (2009), as moedas sociais ou ainda denominadas de circulantes locais, moedas complementares ou paralelas, podem ser compreendidas como uma forma alternativa de troca de bens e serviços, onde o processo de gestão e administração é realizado de forma cooperativa. As mesmas também possuem circulação restrita geograficamente, tendo como princípio fundamental o fomento à produção e circulação de riquezas locais.

A relação da gestão pública no processo de desenvolvimento de atividades solidárias, sempre apresentou sua relevância, tendo em vista que o mesmo possui capacidade de dar suporte técnico e financeiro para as atividades desenvolvidas pelos BCD, quando indagada sobre a relação que a instituição possuía com o poder público local, a coordenadora do BCDM respondeu:

“A relação com o setor público quando o banco foi criado era boa, tínhamos uma excelente relação, todavia após a mudança da gestão municipal não existe mais, porém o governo do Estado quando possui projetos costuma ajudar o banco.”

Quanto à confiabilidade do empreendimento solidário, foi perguntado a coordenadora do BCDM, a seguinte interrogação: de que maneira teria sido estabelecida a relação de confiança entre o banco e a população por ela atendida? a resposta apresentada foi da seguinte forma:

“Através de uma boa conversa e parcerias existentes, as organizações que compõem o conselho gestor do banco já possuem um leque de serviços prestados para a população, e fora do banco em geral, então foi formada essa confiança, e credibilidade do banco para os moradores, dando excelentes resultados e bons frutos.”

A confiança da comunidade no empreendimento solidário é de vital importância, com efeito, essa permissão está diretamente relacionada à eficácia das atividades desenvolvidas pelos mesmos, pois, os principais aspectos dos empreendimentos solidários estão fundamentados na cooperação, autogestão e democracia, os quais só ocorrem com a plena aceitação de todos os envolvidos no projeto.

Nessa perspectiva, conforme o pensamento de Souza (2011), o microcrédito está intrinsecamente ligado aos aspectos econômicos solidários, bem como com certo controle social, onde ainda, a existência de cooperação apoiado na confiança

recíproca fomenta a demanda sustentada com fortalecimento do capital social nas comunidades beneficiadas.

Segundo o autor, o aumento desse capital social fomentado pela ação do microcrédito, possibilita a melhoria nos indicadores sociais, nesse sentido, a oferta de crédito permite com o tempo o fortalecimento das capacidades empreendedoras e de cooperação dos indivíduos e comunidades trabalharem juntos potencializando os resultados econômicos e sociais.

Diante do exposto, percebe-se que o BCDM, tem desenvolvido um importante papel no processo de fomento na economia da localidade por ele atendida, com efeito, suas ações de oferta de microcrédito e conscientização dos atores locais, têm contribuído de forma positiva no atendimento de demandas sociais locais, possibilitando assim, o desenvolvimento local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou uma avaliação da economia solidária de forma geral e regional, bem com, a atuação do banco comunitário de desenvolvimento Maringá e os impactos da circulação da moeda social Margarida no Bairro Nova Vida na cidade de Pombal/PB, sob a perspectiva da economia solidária, possibilitando também, um aprofundamento da compreensão dos efeitos da atuação do empreendimento solidário no tocante ao desenvolvimento no território por ele atendido.

A economia solidária, tem se apresentado como uma importante ferramenta no processo de desenvolvimento local, sua atuação tem conseguido atender demandas sociais em localidades onde o poder público e privado não conseguiram atende-las de forma eficiente.

Os bancos comunitários de desenvolvimentos se apresentam nesse contexto de exclusão social nas comunidades desassistidas por parte do sistema bancário tradicional, onde através das finanças solidárias disponibiliza oferta de microcrédito para os moradores dessas comunidades. Os BCD estão diretamente ligados ao processo de atendimento as questões endógenas da comunidade por ela atendida, pois, a atuação dos atores locais no andamento da gestão dos mesmos consegue identificar e enfrentarem as dificuldades enfrentadas pela comunidade.

As moedas sociais ou circulantes local, que são as moedas desenvolvidas pelos BCD, onde sua circulação está condicionada apenas na comunidade e nos estabelecimentos que fazem parte da rede recebedora, esse fator de circulação desencadeia um verdadeiro processo de fomento na economia local, aumentando o consumo e gerando trabalho e renda, proporcionando assim o desenvolvimento local.

O objetivo desse trabalho foi destacar os impactos da economia solidária no desenvolvimento local, através da atuação do banco comunitários de desenvolvimento Maringá, bem como, os efeitos positivos que a circulação da moeda social Margarida tem feito na comunidade por ela atendida, no tocante ao desenvolvimento local.

De modo geral, pode ser avaliado que atuação do BCDM tem conseguido desenvolver ações que estão realmente melhorando os aspectos referentes ao desenvolvimento local. Apesar de ser um empreendimento relativamente novo, o

mesmo tem desenvolvido ações concretas para atender demandas endógenas da população do bairro onde atua.

A conscientização solidária que se apresentou nos atores da rede recebedora da moeda social, denota a ação disseminadora dos objetivos solidários desenvolvidos pelo banco, dessa foram os empresários que fazem parte da rede recebedora consideram que o BCDM tem atendido sua proposta em atender as demandas sociais locais.

Outro ponto importante que se apresentou no trabalho, diz respeito à eficácia da circulação da moeda social Margarida, onde a mesma tem conseguido gerar fomento na economia local, e tem contribuído no processo de desenvolvimento local.

O fluxo de moeda social nos estabelecimento comerciais da rede apresentou um nível relativamente baixo, esse dado expressa de forma contundente uma das maiores dificuldades enfrentadas pelo BCDM, que é a formação de um valor maior de lastro que possibilite uma maior oferta de microcrédito para a população do bairro.

No tocante à gestão do BCDM, foi observado que o mesmo é composto por diversos atores locais, essa composição do conselho gestor, possibilitou um maior conhecimento e solução dos problemas da comunidade.

Um ponto que apresentou um resultado não esperado se diz respeito à atuação da gestão pública local, onde se constatou que não existe colaboração direta com as atividades desenvolvidas pelo BCDM.

No aspecto de atendimento à população desassistida pelo sistema bancário tradicional, foi observado que os atores atendidos pela oferta de microcrédito oferecido pelo BCDM, são moradores que são beneficiários do programa Bolsa Família, e asque se encontram em vulnerabilidade social.

Contudo, os resultados encontrados são importantes para o entendimento mais profundo do impacto da economia solidária no processo de desenvolvimento local, bem como, para uma avaliação da atuação dos BCD e a eficácia da circulação da moeda social nesse processo de desenvolvimento local.

Deste modo, espera-se que esta pesquisa possa servir de base para estudos similares, tanto na cidade de Pombal/PB, como em outras localidades onde existem empreendimentos solidários, de modo a fazer uma análise mais ampliada acerca da economia solidária e atuação dos BCD e a circulação de suas moedas sociais, tendo

em vista a relevância do tema abordado nesse trabalho, que pode ser considerado amplo e significativo, nesse sentido, existem limitações de abordagens, as quais podem ser aprofundadas.

Destarte, espera-se que ela sirva de exploração para futuros estudos acadêmicos, bem como a sociedade, de modo a possibilitar uma melhor compreensão da economia solidária e a funcionalidade dos bancos comunitários de desenvolvimento e suas moedas sociais, como ferramentas de desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo (Org.). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Annablume; FAPESP; ADS-CUT, SEBRAE, 2004.

_____. **Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando**. Núcleo de Economia Solidária – NESOL-USP e Instituto Palmas – São Paulo: A9 Editora, 2013, 181p.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 5 ed. UFSC, 2002.

CIRANDAS. **Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Disponível em: <<http://cirandas.net/fbes>>. Acesso em 20 outubro. 2019.

COELHO, D. F. **A história das finanças solidárias**. In: ANPUH – Simpósio Nacional de História, João Pessoa, 2003.

CORRAGIO, J. **Distintos conceitos para o entendimento da Economia Solidária**. In: Bahia Análise & Dados, Salvador - Bahia, v. 12, n.01, p. 35-47, 2002.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**. Movimentos Sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: RelumeDumará; Anpocs, 1995.

FRANÇA FILHO, G. C. de. **Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular** – traçando fronteiras conceituais. In: BAHIA ANÁLISE & DADOS. Salvador, SEI, v. 12, n. 1, jun. 2002.

FRANÇA FILHO, G. C. A. **Economia popular e solidária no Brasil**. In: FRANÇA FILHO, G. C. et al. Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Por Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

GESTÃO PÚBLICA E SOCIEDADE. **Fundamentos e políticas públicas de economia solidária** / SchiochetValmor...[et al] (organizadores).-- 1.ed.--São Paulo : São Paulo : Outras Expressões, 2011. 480 p. : il., tabs.

GESTÃO PÚBLICA E SOCIEDADES. **Fundamentos e políticas de economia solidária** / Singer Paul...[et al] (organizadores).-- 1.ed.--São Paulo : Outras Expressões, 2011. 480 p. : il., tabs.

GESTÃO PÚBLICA E SOCIEDADES. **Fundamentos e políticas de economia solidária** / Faria e Sanchez...[et al] (organizadores).-- 1.ed.--São Paulo : Outras Expressões, 2011. 480 p. : il., tabs.

GESTÃO PÚBLICA E SOCIEDADE. **Fundamentos e políticas públicas de economia solidária** / ÉdiBenini...[et al] (organizadores).-- 1.ed.--São Paulo : São Paulo : Outras Expressões, 2012. 480 p. : il., tabs.

_____. **Índice de Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pombal/panorama>>. Acesso em 10 de agosto de 2019.

LECHAT, N. M. P. **As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil**, 2002.

MELO NETO SEGUNDO, J. J. de; MAGALHÃES, S. (Org.). MELO NETO SEGUNDO, J. J.; MAGALHÃES, S. (org.). **Bairros pobres – ricas soluções**: Banco Palmas ponto a ponto. Fortaleza: Lamparina, 2003.

MELO NETO, J. MAGALHÃES, S. **Bancos Comunitários**. In: Boletim Mercado de trabalho IPEA nº 41. 2009.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **O que é Economia Solidária?** Brasília, 2015. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>>. Acesso em 15 de outubro de 2019.

NASCIMENTO, E. R. **Princípios da Economia Solidária**. Brasília – Julho de 2006.
PRADO, T. Economia solidária: futuro do desenvolvimento?. [S.l]. 2008. Disponível em <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/conteudo_282947.shtml>. Acesso em 14 de agosto de 2019.

NERI, Marcelo. **Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen brasileiro**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, 376p.

PAULI, Jandir. **O Poder nas Redes de Economia Solidária**. Dissertação de mestrado em Sociologia. Porto Alegre. UFRGS, 2006.

_____. **Pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável**. II Conferência Nacional de Economia Solidária, Documento Final, 2010.

RAPOSO, J. G. **Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico: gestão social comunitária para o desenvolvimento local**. 2014. Dissertação (Mestrado) – UFPB, CCSA, João Pessoa, 2014.

RAZETO, L. **Lecciones de Economía Solidaria**. Realidad, Teoría y Proyecto. Ediciones UVIRTUAL.NET, Santiago 2010.

RIGO, A. S. **Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações teóricas e práticas**. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2014.

SCHIOCHET, Valmor. **Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária: breve trajetória e desafios.** Revista Mercado de Trabalho, n.40. Ipea. Rio de Janeiro, agosto de 2009.

SENAES. Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. **Políticas Públicas de Economia Solidária: Reflexões da Rede de Gestores.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

SENAES/MTE. **Economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento.** I Conferência Nacional de Economia Solidária, Documento Final, 2007.

SILVA, E. L. Menezes, E. M. (2001), **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** Laboratório de Ensino à Distância da Universidade Federal de Florianópolis, Ed. 3, Florianópolis, SC.

SINGER, P. "**Economia solidária: um modo de produção e distribuição**", in P. Singer e A. R. Souza, A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego, São Paulo, 2000.

SINGER, P. **Políticas públicas de Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego.** In: Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, 39. Brasília: Ipea, 2009.

SINGER, Paul. A Economia Solidária no Governo Federal. **Revista Mercado de Trabalho.** Ipea. Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2004.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária** / Paul Singer – 1ª ed. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. **Uma outra Economia é possível. Brasília.** Ed: Contexto, 2003.

SOARES, Cláudia Lúcia Bisaggio. **Moeda social: uma análise interdisciplinar das suas potencialidades no Brasil contemporâneo.** Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, 2006. Tese de Doutorado.

SOUZA, Thalyta Taumaturgo de. **A economia solidária como meio para o desenvolvimento sustentável-caso do Banco Palmas.** Porto, Portugal, 2011. 67 f. Dissertação (Mestrado em Economia e Gestão do ambiente) – Universidade do Porto. 2011. Acesso em 07/10/2018. Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/artigos-e-pesquisas-academicos> Acesso em 15 de outubro de 2019.

YUNUS, Muhammad. **O Banqueiro dos pobres: A revolução do Microcrédito que ajudou os pobres de dezenas de países.** 1ª. ed. São Paulo: Editora Ática, 2006, 343 p.

APÊNDICE

Questionário aplicado com empresas que fazem parte da rede que recebe a moeda social do Margarida.

1 - A quanto tempo a empresa atua no mercado?

- De 1 a 5 anos
- De 6 a 15 anos
- De 16 a 30 anos
- Mais de 30 anos

2- Desde quando a empresa passou a receber a moeda social Margarida?

- De 1 a 3 anos
- De 4 a 6 anos
- De 7 a 10 anos
- Mais de 10 anos

3 - Com relação ao desenvolvimento da economia local, em sua opinião, a circulação da moeda social Margarida, tem influenciado no processo de geração de trabalho e renda e aumento no consumo local?

- Sim
- Não

4- Após a entrada da empresa na rede recebedora da moeda social do Banco Comunitário de Desenvolvimento Maringá, as vendas aumentaram em que escala percentual?

- De 0,1% a 1%
- De 2% a 3%

De 4% a 5%

Mais de 5%

5- Em relação ao fluxo de entrada da moeda social Margarida, em que patamar se encontra esse fluxo anual?

De 1 a 500 unidades de valor

De 600 a 1000

De 1000 a 5000

Mais 5000

6- Você considera que o Banco Comunitário de Desenvolvimento Maringá, tem desenvolvido um trabalho eficiente no combate a pobreza, e na geração de renda na comunidade?

Sim

Não

Relativamente

7- Em sua percepção,você percebe que seus clientes que usam a moeda social Margarida, também fazem compras em seu estabelecimento com a moeda nacional o "Real".

Sim

Não

Raramente

8- Você observa que seus clientes, os quais usam a moeda social Margarida, só consomem em seu comercio devido à aceitação da mesma como forma de pagamento?

Sim() Não () Raramente

Questionário aplicado com o representante do Banco Comunitário de Desenvolvimento Maringá.

- 1- Quando foi instituído o Banco Comunitário de Desenvolvimento Maringá, e qual seu objetivo principal?
- 2- Como é composto o lastro do banco, e como são geridos os recursos?
- 3- Qual a área geográfica de atuação do banco?
- 4- Quantas empresas recebem a moeda social Margarida como forma de pagamento?
- 5- Quem são os atores atendidos pelo banco, e quais os benefícios oferecidos aos mesmos?
- 6- Existem indicadores conhecidos pelos gestores do banco, que atestem a geração de trabalho, renda e fomento do consumo local, gerados pela atuação do banco?
- 7- A atuação do banco tem gerado o desenvolvimento econômico local?
- 8- A instituição desenvolve capacitação dos atores locais para a resolução de problemas endógenos e atendimento de demandas sociais locais?
- 9- São realizadas atividades educativas de conscientização solidária, para os atores e sociedade envolvidos nas atividades desenvolvidas pelo banco?
- 10- Quais são os principais desafios enfrentados pelo banco?
- 11- Em sua opinião a moeda social Margarida, tem cumprido seus objetivos principais? Justifique.
- 12- Qual a relação que o banco possui com poder público, e quais são os desafios nessa relação?
- 13- De que maneira foi estabelecida a relação de confiança entre o banco e a população por ele atendida?